Reunião de 27/04/2023

**ATA N.º 08/2023**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

---- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas quinze horas, a Câmara Municipal de Nelas, em reunião ordinária pública, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral, estando presentes no Salão Nobre, o referido Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Fernando António Pais Silvério, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Aires Manuel Antunes dos Santos e Rui Pedro Silva Marques. ----------
---- Enviada a convocatória ao Senhor Eng.º Ricardo Manuel Salvador Borges para tomada de posse como Vereador, registou-se um e-mail, datado de 27 de abril de 2023, a informar que não estaria presente por motivos profissionais. ----------

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - Total de disponibilidades da Câmara Municipal: 1.829.776,58 euros (um milhão oitocentos e vinte e nove mil setecentos e sessenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos); - De operações orçamentais: 1.314.370,49 euros (um milhão trezentos e catorze mil trezentos e setenta euros e quarenta e nove cêntimos); - De operações não orçamentais: 515.406,09 euros (quinhentos e quinze mil quatrocentos e seis euros e nove cêntimos). --------

## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes. Afirmou que davam início à reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Nelas de 27 de abril de 2023. Naturalmente, agradecer a presença da Senhora Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores, o Estimado Público e os Colaboradores do Município. De seguida, deu conhecimento da situação financeira da Autarquia, já descrita no ponto anterior. Entrando no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente afirmou que tinha três pontos. Um era solicitar aos Senhores Vereadores da viabilidade da realização de uma reunião extraordinária na próxima sexta-feira, dia 5 de maio, pelas 15:00 horas, para o efeito que passa a explanar: com dois pontos na Ordem de Trabalhos, um, que é um compromisso que o Executivo tem e que faz sentido que seja feito, que tem a ver com o Portugal 2030. Ontem decorreu, na Casa do Adro, em Viseu, a reunião sobre os critérios financeiros a adotar, ou a disponibilizar no rateio que há, dos Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, dizer que estão aprovados, como eles tinham falado, ou o Acordo já está fechado de 118 milhões de euros para a CIM Viseu Dão Lafões. Desses 118 milhões de euros, 23 milhões de euros são para projetos supramunicipais no âmbito da CIM, na promoção do sucesso educativo, a questão do apoio à indústria e às empresas, entre um conjunto de outros itens. Grosso modo, depois a distribuição ficará, sensivelmente, em 94,5 milhões de euros. Ontem foram aprovados os critérios e dos critérios que houve, foi uma reunião profícua, que decorreu durante a parte da tarde de ontem e

prolongou-se no início da noite, para dizer aos Senhores Vereadores que, pronto, o princípio que vigorou foi o que se manteve, é o que estava no PT 2020 que tem a ver com a fefização, ou seja, os critérios que já são feitos em termos de distribuição de FEF, que é 50%, 40% que tem a ver com o número de habitantes e 10% com a coesão, que eram já critérios que o Executivo utilizava anteriormente. E, como eles falaram na reunião, o que eles tinham aqui falado era na possibilidade de terem estes montantes já definidos para o Município de Nelas. Ora, o Município de Nelas são 5.329.425,60 euros. Ele, Senhor Presidente, facultará, naturalmente, estes dados. O que está, então, neste momento em discussão é a questão agora, onde é que é alavancada esta disponibilidade financeira. Ou seja, como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, de uma forma generalizada, agora segue-se a gavetização, digamos assim, do que é a atribuição financeira que tem a ver que desta parte da verba terá que ser alguma cativada também em termos do que é a Proteção Civil porque a Proteção Civil já passou para as responsabilidades das CCDR,s. Temos um Comandante Sub-Regional. Tínhamos um CDS Distrital, que agora é Sub-Regional, é só com a CIM. E, portanto, muito do que é a estratégia dos 14 Municípios passa pela Proteção Civil ser feita supramunicipal, o que lhes parece bem. E, portanto, nesse sentido, haverá ainda alguma parte do que lhes é concedido, ou nos critérios supramunicipais. Por exemplo, para os Senhores Vereadores ficarem com uma ideia, em termos do que era o apoio às empresas era uma verba, a promoção do sucesso educativo é outra. Pode haver ali uma ponderabilidade nesse montante e passar para a Proteção Civil, que tem zero e passa para a responsabilidade da CIM e depois os Municípios dotarem cada um X para depois terem um valor global de Proteção Civil. Dito isto, estes 5.329.425,60 euros depois terão que ser gavetizados. Portanto, com prioridades na Educação, no Ciclo Urbano da Água, na Eficiência Energética, na Requalificação de Equipamentos, pronto, num conjunto de áreas que há. Vai haver aqui uma fase em que o Executivo vai ter que fazer essa indicação, meramente, indicativa porque mesmo que o Executivo, eventualmente, coloque, até podia colocar este dinheiro todo só numa gaveta. Não é o caso, mas há essa possibilidade. Ou distribuir por várias, ou por todas. O que não quer dizer que depois esse apoio seja feito e que a escolha do Executivo seja contemplada, porque depois vai ter que negociar com os outros Municípios se a parte percentual de cada gaveta para o Município for ultrapassada, os Municípios vão ter que negociar uns com os outros essa componente para acertar. E, portanto, se calhar, ontem foi difícil acertar a parte financeira. E como foi dito e bem pelo Secretário Executivo, se aquilo, achavam que era a parte mais complexa, depois vem esta parte, que é os ajustes onde são os interesses de cada Município e depois o teto de cada uma das rubricas tem. Portanto, o compromisso que o Executivo tem é que vai enviar esta primeira versão no início da próxima semana também. Aproveitam a sexta-feira, depois, também pede isso, para, o Executivo acha e continua a achar, de facto, que além desta reunião extraordinária da Câmara, estavam a pensar também haver uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal no mesmo modelo de hoje, com a reunião de Câmara à tarde e reunião da Assembleia à noite, que é sempre bom, com um dia de grande e profícuo debate autárquico e aproveitavam até, se calhar e faziam as reuniões da mesma maneira. Daqui, ele, Senhor Presidente, não sabe se há essa disponibilidade da parte dos Senhores Vereadores. Gostaria de confirmar se fosse possível. Perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Então, fica marcada a próxima reunião de Câmara extraordinária para o dia 5 de maio, às 15:00 horas, reunião extraordinária da Câmara Municipal de Nelas, com dois pontos. O primeiro ponto tem a ver com o PT 2030. O Executivo vai, para já, gavetizar. Já falaram aqui quais eram as linhas, desde o Ciclo Urbano da Água, em particular a questão de renovar a distribuição da água porque os custos que há e mesmo a dotação orçamental que havia não chega para fazer a empreitada para substituir uma conduta que tem mais de 60 anos e convém ser feita em termos do que é até em termos de Saúde Pública. Mas, nessa questão, desde o Ciclo Urbano da Água, desde a questão da Requalificação do edificado, a questão de fechar a Requalificação do Parque Escolar, a questão da Eficiência Energética e da Requalificação dos Espaços Públicos, portanto aquelas questões que foram falando, serão as linhas orientadoras. Mas, naturalmente, depois desta gavetização que será uma primeira leva, que é obrigatório enviá-la já, que é para a CIM depois ponderar a ver o que é que há mais e então haverá uma

reunião posterior para fecharem isso e permitirá também o debate interno. Em primeira instância, na reunião de Câmara desta sexta-feira e depois na reunião da Assembleia no mesmo dia, à noite. De igual modo, aproveitam também para fazer isso, para fazer uma coisa que decorre da aprovação, ou não, das Contas de hoje, mas espera que sim, obviamente, por causa da questão da Revisão Orçamental. E, portanto, ficaria com estes dois pontos do PT 2030 e da Revisão Orçamental. Sendo certo que, para a Assembleia Municipal, além destes pontos, vai o ponto hoje que têm aqui em reunião de Câmara, com uma convocatória da Assembleia que já teve que ser feita com outra questão, já estava tipificada e, digamos assim, o que era o processo documental, digamos assim, foi feito esperando. Não fazem uma marcação de uma Ordem de Trabalhos sem terem o suporte documental. O Executivo teve o processo da substituição do Senhor Vereador Dr. José Borges da Silva, que seguiu os seus trâmites. Portanto, foi com o Elemento, imediatamente, a seguir, que declinou e invocou razões que são do conhecimento público, que não vale a pena aqui esmiuçar. Tem a ver com o foro pessoal da Senhora Dr.ª Irene Ligeiro. E, portanto, o procedimento avançou para o Senhor Vereador seguinte. Portanto, o que ele lhes disse era que não era possível estar hoje. O Executivo recebeu a comunicação por escrito que não era possível estar presente. Ele não declinou. Ele só disse que não podia estar presente. Portanto, fica marcada a reunião para sexta-feira, dia 5 de maio, às 15:00 horas, com estes dois pontos da Ordem de Trabalhos. Dizer só dois apontamentos de Eventos que estão ainda a decorrer e que um foi concluído recentemente. Um é o Elos Literários que está ainda a decorrer até ao próximo sábado. O Executivo tem amanhã um Encontro que junta também os Escritores do Concelho, do nosso Munícipio. Dentro da disponibilidade dos Senhores Vereadores se pudessem também estar, até porque também tem o Encontro com os Escritores do Concelho que era importante. E depois têm o Encerramento do Elos na Fundação Lapa do Lobo, no sábado. Simultaneamente, sexta e sábado têm também a apresentação do novo Projeto da Associação Amarelo Silvestre e que decorre no Anfiteatro dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim. Em relação ao Elos, dizer duas, ou três coisas importantes. Houve um Projeto que teve uma aceitação. Há aqui muita inovação desde os Leitores do Fraque, a recuperação, a questão da degustação da leitura, da prova às cegas, também como uma parte inovadora. A reinauguração, digamos assim, ou reabertura, se calhar, melhor dizendo, da Biblioteca dos Bombeiros de Canas de Senhorim também no Elos, que é, de facto, toda a gente que se prontificou a isto. O Elos é uma parceria alargada da Rede de Bibliotecas, das Bibliotecas do Agrupamento de Escolas de Nelas, de Canas de Senhorim, da Biblioteca Municipal, agora também da Biblioteca dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, da Biblioteca da Fundação Lapa do Lobo. Portanto, é um conjunto de Entidades que tem promovido e em boa hora, esta iniciativa. E o Executivo também levou a efeito o percurso de António Lobo Antunes. António Lobo Antunes é, claramente, um Autor no qual o Município de Nelas se identifica. E além do Município de Nelas se identificar com ele, se voltarem atrás, é ele b identificar-se com este território. Ele diz, frequentemente, que é de nascimento de Lisboa e de coração de Nelas. O Executivo já lhe atribui a Medalha de Ouro. Tem uma Rua com o nome. A Biblioteca é de António Lobo Antunes. E a próxima Edição do Elos é sobre António Lobo Antunes e haverá aqui uma surpresa, que ele, Senhor Presidente, acha que faz sentido até, eventualmente, falarem nisso. Há boas expetativas que seja concretizado. Há um Projeto, que é o Meu Primeiro Miguel Torga, ou o Meu Primeiro José Régio, o Meu Primeiro António Lobo Antunes, o meu Primeiro José Saramago. E esse livro ser feito com o António Lobo Antunes e ser feito no âmbito do Elos na próxima Edição, na 8.ª Edição. Dizer que nesta panóplia

grande de Eventos que decorreu do Elos e com esta riqueza que percorreu às Bibliotecas e foi às Escolas e foi às Freguesias e saiu da Biblioteca, é uma situação que que lhe apraz registar. Depois, também falar sobre o 25 de Abril e dizer que houve a ideia de manter a parte do que é uma componente desportiva, saudável, de convívio exterior, com o Trail da Caminhada da Liberdade no dia 23. No dia 24 foi feita uma atividade inovadora e que julga com bastante recetividade e aplicação, que é a Assembleia Municipal Jovem, com os Alunos dos Agrupamentos das Escolas de Canas de Senhorim e de Nelas, que será replicado brevemente. E na parte da noite foi recriado em Canas de Senhorim, no Largo Abreu Madeira, a recriação do 24 de Abril, que também não é uma coisa que se faça com assiduidade. Fala-se no 25 e muito do que foi o 25, de facto, teve a génese, em tudo o que se passou na noite de 24. E muitíssimo bem recriado, numa parceria com o CLDS, com a Junta de Freguesia e com o Associativismo do Concelho, em particular da Freguesia de Canas de Senhorim. E no 25 com a Sessão Comemorativa que tiveram, com uma alocução de alguém que viveu, literalmente, o 25 de Abril, com o Senhor Tenente-General António Ferreira Amaral, com uma perspetiva de uma Jovem, neste caso, uma Associação, que se trata de uma Associação Jovem do Concelho e com uma prespetiva também jovem, de empresária, que andou pelo mundo e fixou-se cá na nossa Região e tem uma perspetiva do que é a nossa juventude. E da parte da tarde com os Cantos da Liberdade que é um espectáculo que é habitual fazer e naturalmente, que é componente cultural também. Posto isto, deixaria, então, em aberto à inscrição dos Senhores Vereadores que queiram intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ---------- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos cumprimentou o Senhor Presidente, os Caros Colegas Vereadores, os Funcionários e o Público. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que hoje queria aqui abordar só três assuntos que ele acha que essenciais, portanto, que se passaram no Município. É o pulsar do Município. Portanto, envolve as nossas características, o nosso Associativismo, a dinâmica da Autarquia, o que a gente pretende, não só para o território, mas também levar para o exterior. Ele queria falar também sobre o 25 de Abril. Portanto, fica contente que, cada vez mais, se começa a dar o verdadeiro interesse ao 25 de Abril porque cada vez é mais necessário, porque dizem, mesmo até a nível nacional, muita gente não sabe o que se passou e cada vez se comenta mais que ainda há muita coisa para fazer pós 25 de Abril. Portanto, os ideais de Abril ainda estão muitas coisas para fazer e ainda bem porque há sempre gente atenta e cada vez mais quer atualizar as coisas que se perderam e, ao mesmo tempo, valorizar o que é essencial. Ele queria só também referenciar as Comemorações do 25 de Abril. Portanto, começaram também no dia 22 e enaltecer também a atitude do dia 24, aquela recriação porque o 25 de Abril até se pode, pode, por exemplo, numa próxima Edição, começar no 16 de março, portanto, que é a pré-revolução. Tem muito para alargar. E depois também passar a mensagem que o 25 de Abril pode-se comemorar em todo o lado porque é o dia de todos. É como a Páscoa. É como o Natal. É de todos. Portanto, foram eles que fizeram o 25 de Abril e fizeram atividades não só, como eles acabaram de ver, porque quem falou do 25 de abril já era uma pessoa sénior. Se calhar, daqui por uns dois, ou três anos, pessoas como ele já não estão cá para contar o que é que foi o 25 de Abril. As pessoas mais novas, os jovens, têm dificuldade em entender o que foi o 25 de Abril. No dia 24 a recriação foi feita de acordo com o guião, correto, uma mensagem positiva. A envolvência das Associações, as Escolas, que é o mais importante, participaram, ótimo. Depois, também só queria dizer ao Senhor Presidente porque Canas de Senhorim acaba por ser o palco ideal para este tipo de atividades, porquê? Pelas suas razões históricas. Canas de Senhorim esteve na Revolução Industrial. Em 1900 começou a Revolução Industrial nos Fornos Elétricos. Depois a Urgeiriça. E mesmo até o Sindicalismo começou também nos Fornos Elétricos, começou nas Minas. Portanto, houve aquela relação, aquele acompanhamento da luta dos Trabalhadores, do proletariado. Tudo isso é importante. Depois também esteve na história, Canas de Senhorim, a revolução, quando foram as lutas do Código Postal. Portanto, é uma terra que tem muita luta. A recriação do Concelho, a revolução cultural. Portanto, Canas de Senhorim é o local certo para que, por exemplo, tudo que seja com histórias e revoluções que nos possam identificar para ser importante e manter

viva a memória deste Povo, que depois passa, por contágio, a toda a área envolvente porque, por exemplo, no caso dos Fornos Elétricos e das Minas, eles tinham Trabalhadores de todo o Município, inclusivamente dos Municípios vizinhos, do Carregal do Sal, de Viseu, de Mangualde e por aí além. Ainda agora, ele, Vereador Aires dos Santos, também esteve à espera que o Senhor Presidente se lembra-se, mas, por acaso, não sabe se foi lapso, ou o Senhor Presidente não se apercebeu, mesmo agora, nos agradecimentos em que toda a gente se envolveu, mas houve três situações que foram importantes. Foi o Historiador que fez o guião. Foi o Senhor Professor, de Mangualde, João Carlos Alves. Uma palavra ao R14 porque eles foram que cederam parte das fardas e todo o resto do material. E ao Museu Militar que, inclusivamente, veio um Oficial para acompanhar a parte do desenvolvimento do Evento, a recriação, porque eles também querem ter a certeza, porque, muitas vezes, o que é que acontece? A Tropa é uma Instituição Militar e às vezes tem dificuldade em gerir determinados materiais porque não sabe como é que vão ser utilizados. Esteve aqui uma alta patente do Exército, a representar, que veio de Lisboa, do Museu Militar e na altura não se falou nele, ou no Museu. E, hoje, também gostava que ficasse também um agradecimento aquele Militar, porquê? Agora, que imaginasse o Senhor Presidente que na próxima Edição vai necessitar da mesma logística. E eles estiveram no terreno e não foram lembrados. Portanto, ele, Vereador Aires Santos, já fez chegar porque ele é que é o Fiel Depositário do material. E, ao mesmo tempo, estiveram juntos e conversaram porque nem imaginava que havia ao fim tantas intervenções. Mas é só para, depois, no final, um agradecimento, que ele depois transmite, da Câmara. Ele, depois, toma a liberdade de dizer que em reunião de Câmara foi tomada esta decisão também. Depois, também, queria falar, falou-se agora dos Elos. Houve alguém que lhe falou que, portanto, nós temos a Biblioteca Municipal, a Biblioteca José Adelino, a Fundação, os Agrupamentos de Escolas e também acha que em Santar há uma pequena Ludoteca. Não sabe se a Senhora Dr. Elsa conhece, do Senhor Rui. Ele não conhece. Se calhar, tem que um dia destes ir lá para saber a dimensão do que é porque se ele tem livros, tem um espaço para facilitar a reutilização, também era bom, por exemplo, no caso dos Elos, agora já não, que está a decorrer, numa próxima, também incorporar. A Senhora Dr.ª Elsa talvez tenha alguma coisa a dizer sobre este aspeto, sobre isso. Perguntou-lhe se conhecia. Depois, uma palavra de reconhecimento ao GDR que esteve, em termos desportivos, a disputar a descida, porque é mesmo assim, a manutenção. Portanto, neste caso, o quer dizer que devido às boas práticas desportivas, portanto, vai estar no nosso Escalão superior aqui do Município na próxima Época. Portanto, uma palavra também de prestação da dignidade pela sua honra que envolveu nas suas camadas e que promoveu o Desporto e, mesmo sobretudo, além de toda a Época o que aconteceu. Relativamente à EDM, eles têm tido a preocupação de fazer a limpeza que envolve, portanto, a Barragem Velha. Fizeram um ótimo trabalho. Foram prontos. Aliás, levantou-se aqui essa questão. É um excelente parceiro em tudo que a gente pode ter. Portanto, devemos estar sempre atentos também com eles em todas as atividades porque, aqui há uns dias atrás, agora não consegue referenciar, há 15 dias houve lá uma Palestra na EDM com várias Instituições, com a ARS, com o Instituto Ricardo Jorge, sobre novos Estudos. A Câmara já abordou com eles. Portanto, seria bom que depois, conforme fossem desenvolvidos os trabalhos que estão a ser feitos no território também chegassem até à Câmara para a gente também acompanhar. E era tudo, dirigindo-se ao Senhor Presidente. ----- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Fernando Silvério se queria já intervir. Pronto, então, se calhar, antes de se esquecer de uma coisa que apontou na Agenda. Ele ia falar disso quando fosse falar nas Escolas. Perguntou aos Senhores Vereadores se

tinham disponibilidade no dia 3 de maio, para acompanhar de manhã e de tarde, a apresentação dos projeto das Escolas-Sede de Nelas e de Canas de Senhorim e da USF de Canas de Senhorim e do Centro de Saúde de Nelas e almoçarem com o Executivo. Ele, Senhor Presidente, sabe que não é fácil, mas é assim: Porque é que foi escolhida esta data? Aliás, não foi escolhida. Foi a data acertada porque é assim: Isto tem, o Senhor Eng.º que está com os Projetos, que já tinha os projetos anteriores das candidaturas, tanto das Escolas, como dos Centros de Saúde. Entretanto, os Arquitetos são diferentes. O que o Executivo queria e achava que fazia sentido era, naturalmente, que as Comunidades do Centro de Saúde de Nelas e da USF de Canas de Senhorim terem conhecimento do que são as obras que vão lá decorrer, partindo da expetativa, como eles esperam todos, que haja candidatos quando se abrir o Aviso. E as candidaturas às Escolas, trazem-nas aqui e bem, para serem aprovadas. Mas, como os Senhores Vereadores sabem, ainda ontem saiu a notificação que foi prorrogada até ao fim de junho a apresentação das candidaturas. De qualquer maneira, o Executivo já estava pronto para submeter no prazo que estava estipulado. Isto para dizer o quê? Faziam a apresentação também à Comunidade Escolar, até antes de submeter a candidatura. E à Comunidade de Saúde. A data encontrada é quando se junta a possibilidade do Projetista, do Responsável da empresa e dos Arquitetos, que é importante que estejam lá porque são eles que vão explicar e as dúvidas que a Câmara tenha, ou queira colocar, eles, obviamente, tecnicamente, terão essa explicação. Por um lado. Por outro lado, também nesta data é possivel contarem com a presença do Senhor Eduardo Leal, que é o Adjunto do Senhor Ministro da Saúde. E, portanto, esta é a data, digamos assim, onde foi possível agilizar a presença do que seriam as pessoas que vinham apresentar e que podiam vir a falar. Daí a data. Não foi o Executivo que a escolheu ser neste dia, ou ser mas há frente, ou mais atrás. Naturalmente que o Executivo sabe que não é fácil. É um dia de semana e é um dia inteiro. Mas, de qualquer maneira, se, eventualmente, os Senhores Vereadores não puderem estar em todas as sessões, o que o Executivo acha é que devia estar presente a Câmara, obviamente, o Órgão Colegial, os Projetistas e os Responsáveis das respetivas Instituições e isso pode ser feito. De manhã é para a Educação e á tarde é para a Saúde. E não é aqui. É mesmo nos locais. Portanto, eles vão à Escola Secundária de Nelas, à Escola Secundária de Canas de Senhorim, ao Centro de Saúde de Nelas e à USF de Canas de Senhorim. Portanto, que os Senhores Vereadores vissem depois a disponibilidade. Se quiserem depois confirmar, ou não, que era por causa do almoço, porque no almoço estarão os Representes da Educação e da Saúde e, de qualquer maneira, sempre se poderá falar de uma parte, onde, eventualmente, os Senhores Vereadores estejam presentes. Até pode ser o da Saúde. Está aqui o Projeto da Educação. Há também a Memória Descritiva que poderá, eventualmente, facultar. Ou, então, eventualmente, que lhe permitissem a sugestão, se não for possivel os Senhores Vereadores estarem nas duas, poder estar um numa sessão e outro na outra. Aqui fica, somente, a sugestão. A programação é das 09:30 horas às 11:00 horas na Escola Secundária de Nelas. Depois, às 11:15 horas, 11:30 horas, na Escola Secundária de Canas de Senhorim. Depois o almoço. Depois às 14:30 horas, os Senhores Vereadores sabem que estas coisas andam um bocadito para a frente, na Unidade de Saúde Familiar Coração da Beira de Canas de Senhorim. E às 16:00 horas, que isto andará sempre um bocadinho para a frente, no Centro de Saúde de Nelas. Pede desculpa, mas era para ficar essa parte também, devidamente, salvaguardada. Em relação ao 25 de Abril, agradecer ao Senhor Vereador Aires Santos, naturalmente, essas referências do Historiador, que narrativa estava muito bem construída. A voz off do Américo também esteve bem. Mas a narrativa estava muito bem construída pelo Senhor Historiador. E, naturalmente, o agradecimento e reconhecimento da Câmara ao Senhor Historiador e ao Museu Militar, obviamente. O R14 já é uma parceria maior porque envolve a cedência de meios, de equipamentos, de fardamento, também aqui do Pandur que colocou e há, inclusivé, a possibilidade, só possibilidade de, eventualmente, na próxima Edição, com os 50 anos, terem também uma Parada, que era capaz de ser uma forma também muito simpática de comemorar o redondo de meio século, dos 50 anos, da Comemoração de Abril. Sobre a questão dos Elos tem a ver também com a tipificação de como funciona a Rede de Bibliotecas. Há regras específicas para funcionar na Rede de Bibliotecas. O que não invalida que mesmo não

fazendo parte, diretamente, da Rede de Bibliotecas, possa ser um parceiro. Não sabe se a Senhora Vice-Presidente quer falar alguma coisa sobre isso. Deu-lhe a palavra. ----------
---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o Estimado Público e os Senhores Funcionários. Afirmou que sim, os Elos estão a funcionar com a Rede de Bibliotecas que têm regras específicas. A Livroteca é um espaço um bocadinho pequeno, mas tem realizado algumas atividades. Tem alguns livros. Não pode precisar quantos. Mas, sim, pode ser lançado o convite. Pensa que sim. Pode ser uma proposta para o próximo ano. Mas também lembra que também temos uma Biblioteca, se calhar maior do que esta Livroteca, em Vilar Seco fechada, que é da Junta de Freguesia também. E o Executivo também já tentou lançar a proposta, mas devido a esta especificidade, em termos de regras, não tem sido possível. Mas podem ver as possibilidades e sim, trazer novos parceiros para a próxima Edição. ----------
---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Afirmou que queria dizer aina, naturalmente, que o Executivo associa-se ao enaltecimento e ao reconhecimento do feito alcançado pelo Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. E, como é feito é, havia um desafio no que é aquela ambivalência da manutenção/descida. Mas é para manutenção, obviamente. Mas é para manutenção implica se a correr menos bem e, portanto, foi coroado com êxito. Naturalmente que fica o agradecimento e reconhecimento e um Louvor ao Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim que ele, Senhor Presidente, julga que todos os Senhores Vereadores se associam. E agradecer, naturalmente, ao Senhor Vereador Aires Santos também por ter feito essa alocação. Sobre a EDM, naturalmente, que é um parceiro incontornável. Estão a falar aqui no PT 2030. Não vai voltar atrás. Mas dizer, por exemplo, que há aquele Projeto do Centro Interpretativo, que está em cima da Mesa, que é um Projeto da EDM em que a Câmara se identifica. Já falaram entre eles. Eles todos se identificam nesse Projeto. E, portanto, vão ver. Ainda sobre a questão da EDM, o que é o trabalho, digamos assim, do que concerne ao Cronograma da EDM estará concluído no final deste ano civil, em 31 de dezembro de 2023, a não ser que haja alguma, depois, prorrogação, ou dilação do período porque o Caderno de Encargos também é exigente, a descontaminação das casas e de um conjunto de questões que têm a ver, inclusivé, por exemplo, com a Casa do Pessoal que não estava consignada no que era a intervenção, por exemplo, da EDM. O Executivo gostaria que fosse ainda consignada, naturalmente, sobre essa questão porque há uma parte, falaram em requalificação de tudo o que tem a ver com a Memória Mineira e não requalificar o espaço de excelência onde confraternizava o Pessoal é quase um paradoxo. E, portanto, o Executivo recolocou isso, novamente, na Agenda para haver essa possibilidade e, também, em particular, a questão do que é o Bairro de Santa Bárbara e toda a sua envolvente e o que também ainda falta cumprir sobre essa matéria. Mas, naturalmente, sim, que é um Parceiro. E, portanto, agradecer ao Senhor Vereador Aires Santos a sua intervenção, as suas sugestões e os seus comentários. Agradeceu ao Senhor Vereador Aires Santos. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou o Senhor Presidente e todos os restantes presentes na sala. Afirmou que queria tecer aqui duas, ou três considerações e questões. E, pegando nas palavras do Senhor Presidente relativamente à discussão democrática em reunião de Câmara de alguns assuntos, como deve ser, naturalmente. Ele, relativamente à questão da substituição do Senhor Vereador Dr. Borges da Silva e depois com a consequente convocatória da Senhora Dr.ª Irene e depois também com o Senhor Eng.º Ricardo, bom, ele, Vereador Fernando

Silvério, já disse o que tinha a dizer na última reunião de Câmara, o Senhor Presidente não esteve presente, mas, com certeza, já lhe comunicaram. No entanto, por aquilo que ele sabe e também não querendo alimentar mais esta questão, mas a fruto também da discussão democrática, por aquilo que ele sabe o Senhor Eng.º Ricardo Borges recebeu uma convocatória, na mesma convocatória para duas reuniões de Câmara, que era para a reunião do dia 19, enviada no dia 18 e para a reunião de hoje. Mas mesmo que ele quisesse vir, se tivesse possibilidade e ele, Vereador Fernando Silvério, não sabe, não está cá, não sabe, por aquilo que ele sabe, não lhe foram enviados nenhuns documentos. Ou seja, foi convocado e não lhe foram enviados documentos. Ou seja, isso não abona nada para a discussão democrática que ele, Vereador Fernando Silvério, concorda com o Senhor Presidente mas que aqui referiu. E não poderia deixar de dizer isso, até porque todos os assuntos são importantes, mas hoje também são muito importantes. E pensa que a bem dessa discussão democrática, os contributos de todos os Senhores Vereadores Eleitos, acha que seria importante. Queria também, relativamente às comemorações do 25 de Abril, naturalmente deixar aqui um agradecimento à Autarquia, a todas as Autarquias, a todas as Associações, Municipes envolvidos nas comemorações porque, naturalmente, todos eles têm a ganhar com a dignificação dessas atividades de uma data comemorativa, de uma data tão importante como o 25 de Abril. As únicas questões que ele aqui tem, duas. Porque já há algum tempo que não são mencionadas aqui em reunião de Câmara, tem a ver com a questão do LNEC e da ETAR n.º 3 e também das Termas. De quando a quando vão aqui falando na questão das Termas, mas gostaria de saber se o Senhor Presidente tem mais alguma informação relativamente a esta questão. Do processo do LNEC, do Relatório do LNEC e também das Termas. Por agora é tudo. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que, então, no que concerne à substituição do Senhor Vereador Dr. Borges da Silva, que renunciou ao mandato, os procedimentos seguidos foram os procedimentos que decorrem do que está instituído. E, portanto, naturalmente, o que foi feito foram os procedimentos habituais. O envio dos documentos, ele, Senhor Presidente, acha que possa ter a ver com a eventualidade, primeiro haver a confirmação da aceitação do mandato, porque poderia não acontecer, como aconteceu, o que é também normal. Portanto, o que faz sentido é haver a aceitação do mandato e depois da aceitação do mandato ser-lhe enviado para reunião de Câmara. Julga que é o entendimento do Serviço e parece-lhe correto, não invalidando que o que ele, Senhor Presidente, julga possa, eventualmente, ser questionável. Não quer dizer que o que ele pensa seja uma verdade insofismável. Longe disso. Mas, parece-lhe claro porque até no que aconteceu, não quer dizer que seja por causa disso, mas pode acontecer que o Senhor Vereador não assuma o mandato, como aconteceu. E, portanto, o que faz sentido é a partir do momento que aceita o mandato passa a ser Vereador. Até aceitar o mandato, ele, Senhor Presidente, é a leitura que faz. Mas também não invalida que o procedimento que foi feito pelos Serviços seja estribado com o Serviço Jurídico também, naturalmente, haver isso. A ele, Senhor Presidente, não lhe faz confusão, absolutamente, nenhuma ser enviada a documentação, ou não. Agora, faz sentido é que, como estão a falar de uma substituição têm de ter, normalmente, a aceitação, digamos assim, do cargo e a partir daí receberá a documentação. Mas não lhe faz qualquer constrangimento se funcionarem em simultâneo. A, ele, Senhor Presidente, não lhe faz confusão nenhuma. Agora, parece-lhe que o Serviço fez o que está instituído e o que tem alguma lógica, que é envia o pedido para a aceitação do mandato. Aguarda que essa aceitação seja formalizada com o simples facto de dizer que sim senhor, que aceita. E depois enviar a documentação. Parece-lhe que é esse o trâmite. Não invalida, se assim o entenderem, na próxima, não vê, absolutamente, problema nisso, faz-se a convocatória e recebe, na mesma, a Ordem de Trabalhos. Pode acontecer é, eventualmente, estarem a enviar essa informação toda e depois esse Senhor Vereador, eventual Vereador, caso aceite, depois declinar. Não está a dizer que seja o caso. E, portanto, ainda não é. Ele, Senhor Presidente, acha que ele passa, seja ele quem for, a ser Vereador a partir do momento em que aceita a designação e a chamada, diz ele. Mas não lhe faz confusão nenhuma em que a coisa funcione em simultâneo. Podem é, eventualmente, no intuito de acelerar o

procedimento, telefonar diretamente ao Senhor Vereador e, eventualmente, confirmar isso para agilizar isso de uma forma mais rápida. Não vê problema algum nesse sentido. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que, como ele disse, não quer entrar mais em discussão, como deve ser salutar, relativamente a esse caso. Como disse, o Senhor Presidente não esteve cá na última reunião de Câmara, porque isto tem um histórico. Como ele diz, não tem que estar. Às vezes, se calhar é mais importante estar noutros lados que estar na reunião de Câmara, como é óbvio. Mas isto tem um histórico. E ele, Vereador Fernando Silvério, não vai estar, naturalmente, aqui a retomar esse histórico porque, para ele, já não faz sentido. Mas, bom. E é isso. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, continuando, no que concerne à substituição, então o Executivo irá contactar o Senhor Vereador, ou candidato a 4Vereador, na altura, para formalizar, ou oficializar, digamos assim, a sua aceitação, depois, pedindo, naturalmente, que oficialize por escrito e agendar, vendo, depois, até em termos jurídicos, ou em termos legais, podem fazer isso. Não lhe parece que haja também nenhum condicionalismo por ser ordinária, ou extraordinária, não lhe parece que isso seja uma questão, a não ser que haja lá alguma coisa na Lei. Mas, de qualquer maneira, se não houver impedimento nenhum depois confirmam isso, ele, Senhor Presidente, telefona pessoalmente ao Senhor Vereador e depois enviam a convocatória e fazem a tomada de posse na próxima reunião de Câmara. Julga que os Senhores Vereadores concordarão que poderá ser um bom caminho. Em relação às Comemorações do 25 de Abril, sim, julga que já falaram sobre isso. Obviamente que foi uma iniciativa que, de alguma maneira, foi diferente também um pouco com as questões dos testemunhos e das recriações históricas. E acha que foi importante com tudo o que envolveu e também até, eventualmente, ponderarem serem feitas outras atividades, mesmo eventos culturais ao ar livre e não, necessariamente, no mesmo local e ser por outra Freguesia do Concelho. Na questão do LNEC e da ETAR de Nelas III, o Executivo já tinha trazido aqui o Relatório. O Relatório do LNEC veio para o efeito. O Executivo tem pedido também o que é a parte do aconselhamento também jurídico sobre esta questão, nomeadamente, pronto, como os Senhores Vereadores sabem, como é óbvio, há quatro Entidades que foram consultadas e nenhuma das Entidades se jugam responsável por alguma coisa que aconteceu e, portanto, agora há que definir bem ao certo a metodologia e há outras questões também subjacentes que têm a ver com a parte do que é o acompanhamento jurídico. E com este passo, passa para o posterior que é do que o Senhor Vereador Fernando Silvério falou que tem a ver com as Termas das Caldas da Felgueira. O que o Executivo disse é que muito provavelmente até poderá haver essa informação extraordinária mesmo que não seja na Ordem de Trabalhos. Não há Período de Antes da Ordem do Dia numa reunião extraordinária, mas fazem-no na mesma, nem que seja numa forma informal, como é óbvio. O que eles estão aqui a falar das Termas das Caldas da Felgueira é que continua o contencioso jurídico. Neste momento há uma contraproposta. A contraproposta continua a não contemplar o que era o entendimento, no anterior mandato, de todos os Senhores Vereadores do mandato anterior e que, de alguma forma, eles aqui já falaram nisso e também se identificaram com isso. Há ali uma questão em que se pode ter uma margem, digamos assim, de bonomia e de boa vontade. Mas há outra que decorre do foi transitado em julgado e, portanto, quanto a isso não há nada a fazer. O que lhes parece importante relevar na reunião que foi feita com os Responsáveis da Exploração é que é uma situação que não é agradável para ninguém. Em primeiro lugar para o Município, para o

Município, para o que é uma das suas imagens de promoção territorial de excelência, que é o Termalismo, que são as Caldas da Felgueira. E, portanto, esta questão de haver um contencioso entre uma Autarquia que está no território em termos políticos e em termos de gestão e haver uma Entidade que explora uma das maiores facetas de maior conhecimento que o território tem na Região e no País inteiro, que é o Termalismo e terem este contencioso, obviamente, não é agradável para ninguém. Não é agradável para a Câmara. Não é agradável para quem lá trabalha porque também há sempre esta pressão grande de um lado e do outro. Não é agradável para quem explora também. Mas da Autarquia sempre houve a intenção, como houve antes e há agora, em resolver o problema. Há ali uma questão que tem a ver, claramente, com o que decorre do que transitou em julgado. E, portanto, o Executivo tem que cumprir o que o Tribunal decidiu. E o que o Tribunal decidiu eles todos identificaram no passado e identificaram agora. Portanto, estão a falar de rendas que têm que ser, naturalmente, pagas. Agora, depois o que passou a partir daí, pode haver algum entendimento que como surgir da Câmara, ou, eventualmente, haver ali alguma ponderabilidade no bom senso para não inviabilizar a reabertura da plenitude das Termas e se conseguir fazer o que se pretende. Naturalmente que também estava subjacente era não tem que haver a relação causa-efeito pelo facto desta questão ser das Caldas da Felgueira, o valor ser aplicado nas Caldas da Felgueira porque o território é um todo e é coeso. Mas, eventualmente, até neste caso específico poderá fazer sentido. Há ali a questão para o Executivo recuperar dos quiosques. Há ali uma candidatura que o Executivo fez no âmbito da ADD para fazer a parte da requalificação, em parte faseada e da própria Praia Fluvial. Mas, para já, com a requalificação, com a Barca, com a requalificação daquela parte da Felgueira e do Parque Infantil, que isso foi candidatado agora à ADD e o Executivo está à espera, que será agora em maio que será a candidatura. E, portanto, obviamente, que há o interesse em que isso chegue a bom porto. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou só porque, relativamente a questões relativas à água prevê-se aí seca meteorológica, seca hídrica em tudo que isso implica e o Município, infelizmente, tem más memórias disso, duas questões. A primeira e o Reservatório, de vez em quando vem à conversa e às vezes até serve para arma de arremesso, mas, bom, ele, Vereador Fernando Silvério tenta colocar as coisas de uma forma construtiva. Em junho, ou julho, do ano passado ele questionou relativamente à operacionalidade do Reservatório e foi-lhe dito que estava operacional no sentido em que iriam ser feitos testes. No entanto, não iriam ser feitos testes naquela altura por causa, digamos, da falta de água, naturalmente. E que iriam ser feitos mais para o final do ano. Estão a falar de 2022. A questão que ele coloca é se estes testes já foram realizados, se o Reservatório está operacional e se já teve alguma função para aquela que foi destinado. Outra questão também, houve declarações públicas acerca do recebimento, por parte das Águas Douro e Paiva, da adesão dos Municípios que se juntaram para isso, nomeadamente o de Nelas e gostaria de saber se o Senhor Presidente te alguma informação que lhes possa facultar relativamente a essa proposta de adesão que a Águas Douro e Paiva enviou. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que, no que concerne à água, sim. O que eles tinham falado é que têm aqui na questão da água, resumidamente, a questão da distribuição da água em alta e em baixa. Em alta, como os Senhores Vereadores sabem, o Estudo de Viabilidade Financeira da Barragem de Fagilde já era para ser apresentado no final do ano passado. Passou para o primeiro trimestre deste ano. E do que é a informação que ontem foi falado, no âmbito da CIM, porque não decorre só da CIM mas, paralelamente, é que durante este mês de maio será apresentado o Estudo de Viabilidade Financeira da Barragem de Fagilde. Sendo certo que o que consta desse Estudo, o Executivo ainda não tem conhecimento de, rigorosamente, nada. Mas sabe que, obviamente, o Estudo está a decorrer, foi feito e vai ser apresentado. Porque muito do que é esta Barragem foi um compromisso do Governo, até no que é o seu custear, digamos assim, a parte financeira, da dotação orçamental. E porque também foi o próprio Senhor Ministro, já falaram nisso, que em declarações públicas, claramente, sugeriu que os Municípios desta Região

fizessem a sua pré-adesão à Águas Douro e Paiva, o que todos acabaram por fazer. E que esta Barragem pudesse vir a estar associada, também de alguma maneira, direta, ou indiretamente, porque se essa adesão à Águas Douro e Paiva for concretizada, a gestão da Barragem de Fagilde, embora não haja certeza, quando houver essa reunião, naturalmente trarão cá a documentação toda e falarão sobre isso. O que eles estão a falar agora é que não há nenhuma informação adicional em relação à última conversa que tiveram, pelo menos oficialmente. Mas, mesmo por sugestão do Senhor Ministro, poderia ser a própria Águas Douro e Paiva a fazer a gestão da Barragem. Agora, a questão da Barragem de Fagilde, pronto, vão ver quais são os valores, qual é a opção, o que é que isso implica. Mas, pronto, para já tudo o que eles possam falar não há nada de acrescento, ou de novidade em relação às últimas reuniões. Naturalmente, quando isso estiver em cima da Mesa, se for até feita uma sessão pública, informará, naturalmente, os Senhores Vereadores, se tiverem disponibilidade para estarem presentes. Ele, Senhor Presidente, não sabe se será agendada uma sessão pública, mas, naturalmente, o Executivo até disponibilizará o Edifício Multiusos, ou um espaço em Nelas, para ser feito. Duvida porque deverá ser feita em Viseu. Mas também a indicação que há é que estão a aguardar uma data com o Senhor Ministro do Ambiente para fazer, o que também faz sentido, a apresentação pública do Estudo de Viabilidade Financeira e do Cronograma, digamos assim, da Barragem de Fagilde. A água em baixa é uma questão que vão só falar hoje de uma forma liminar que tem a ver com o PT 2030 e deixam, se calhar, para a próxima reunião porque é uma das opções. Mas há, claramente, a possibilidade de haver uma Rede de Municípios para a distribuição da água em baixa porque a Águas Douro e Paiva não tem interesse no abastecimento da água em baixa, mas, somente, da água em alta. E, como estão a falar da água em baixa, estão a falar de água e saneamento também. E ele, Senhor Presidente, acha que não devem fechar as portas a nenhuma solução. Se houver a possibilidade de ainda terem uma outra parte que possa abastecer o Município de água em alta e fazerem um projeto supramunicipal de água em baixa à volta do Rio Mondego pode ser uma opção a ser equacionável. Finalmente, na questão do Reservatório de Água, sim. No Reservatório houve aquelas questões da parte elétrica também que foi preciso fazer e desbloquear, na questão dos cartões da ligação das ETAR,s. Mas, na altura, o Reservatório em si tem custos energéticos associados. Para já, não foi necessário, além dos testes, pô-lo em pleno funcionamento. Mas estará disponível, a não ser que aconteça agora alguma coisa que o Executivo não esteja à espera, mas estará disponível. Acha que é essa até a pergunta do Senhor Vereador Fernando Silvério, para a época de verão, quando o Executivo precisar de, digamos, ali alguma resiliência do que é o abastecimento de água. E este verão configura-se do que está, do que são os dados, tão complexo, já não diz, para não haver alarmismo, mas tão complexo como o anterior. E, portanto, têm a Barragem de Fagilde no seu limite de armazenamento, que é 35% por causa da sua betonagem, que já não aguenta mais. E, portanto, naturalmente, esta componente que têm de conseguir, de alguma forma, mitigar alguma situação menos favorável, será, naturalmente, equacionável e colocada em cima da Mesa. Dito isto, em termos de Reservatório de Água, julga que o Senhor Vereador Fernando Silvério quer, supostamente isto que seria o indicado. Portanto, se não houver mais nenhuma questão avançavam, então, para o Período da Ordem do Dia. ----------

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

## 1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

**1.1.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2023**

---- O Senhor Presidente afirmou que deixava à consideração dos Senhores Vereadores algum aditamento, ou alguma correção. Não havendo, colocava à votação. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 13 de março de 2023. ----------

**1.2.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2023**

---- O Senhor Presidente afirmou que com a mesa questão de algum aditamento, ou alguma correção, ou alguma supressão que os Senhores Vereadores julguem que esteja menos correta. Não havendo, colocava à votação. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 27 de março de 2023. ----------

## 2 – OBRAS PÚBLICAS

**2.1.CANDIDATURA AO AVISO CENTRO-17-2022-06 – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3/S ENG.º DIONÍSIO AUGUSTO, EM CANAS DE SENHORIM – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO, ARQUITETURA E ESPECIALIDADES**

---- Presente a informação interna n.º 5215, datada de 21/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Candidatura ao Aviso CENTRO-17-2022-06 – Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim – Aprovação do projeto de execução, arquitetura e especialidades ----------

---- Na sequência da abertura do Aviso CENTRO-17-2022-06 informo que o grau de maturidade mínimo exigido para a operação "Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim", de acordo com o estabelecido no n.º 2, do ponto 5, do Aviso de Abertura, na fase de apresentação de candidatura, é a existência de projeto de execução aprovado pela entidade beneficiária. ----------

---- Face ao exposto, segue em anexo o projeto de execução para aprovação. ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que eles têm aí a informação do Projeto, à semelhança do Centro de Saúde. Novamente, realçar essa questão que para o Executivo está a falar de montantes, de valores e de critérios. Que é importante sempre definir isso e esclarecer isso cabalmente. O que eles estão aqui a falar, por exemplo, quando foi do Centro de Saúde e da Unidade de Saúde Familiar, na parte da Saúde, a diferença de valores do Centro de Saúde de Nelas e da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim prende-se, somente, com área. Portanto, o metro quadrado da candidatura, para efeitos de reutilização, não é o mesmo. Acontece que o Centro de Saúde é maior que a USF do Coração da Beira. O que resulta em quê? A requalificação em si é igual. É a mesma requalificação. O valor é, ligeiramente, diferente porque a área é maior. A intervenção é, de todo, igual e a mesma. O mesmo se aplica na requalificação das Escolas-Sede, da Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim e da Escola Secundária de Nelas, que também decorre dessa mesma intervenção. Os valores, com a atualização, digamos assim, do que são os montantes novos, atualizados, com a Revisão de Preços, ainda hoje estavam a falar disso, até com os reagentes e isso, houve matérias-primas que aumentaram 3, 4 e 5 vezes e outras até mais, não só com o custo da matéria-prima, não só com a parte do pós COVID-19, mas também com a inflação. E aqui houve desajustes grandes em termos de materiais. O que preocupa o Executivo agora, mas é melhor não falar sobre isso, não é supersticioso, é lançarem os concursos e depois haver candidatos. Podem correr o risco de terem um financiamento para requalificar os dois Equipamentos de Saúde do Concelho, terem um financiamento a 100%, terem ainda consignado que o IVA seja pago através do Orçamento de Estado, que é o melhor dos

mundos e depois correrem o risco de não terem candidatos para fazer aquilo, particularmente com a transferência de competências. E esse é um risco. Têm empreiteiros no Concelho, mas para empreitadas desta envergadura é mais complexo, a não ser que fosse como a Linha da Beira Alta, eventualmente, fazer ali uma "joint trenching" e mesmo assim tem algumas reservas. Mas, pronto, ele, Senhor Presidente, acha que neste momento a preocupação que o Executivo tem, que é, eventualmente, ter candidatos para as empreitadas. O Executivo está com dificuldades, já lá vai outra vez, na Reutilização da Água, que foi só á quarta tentativa e com montante até bastante razoável. E, portanto, fechar o Quadro 2020, estar a decorrer o PRR e a começar, já agora, um novo Quadro Comunitário e o Executivo não ter empreiteiros nem para fechar o PT 2020, agora com o PRR e o PT 2030, mas, pronto, um problema de cada vez. E, portanto, voltando aqui às Escolas, pronto, é importante que seja dito isso. Foi colocado o mesmo critério e o Executivo tem essa vantagem de o Projetista e a Equipa e o Arquiteto que fez este Projeto fazer essa apresentação, digamos assim, não invalidando que se pudesse fazer uma pública, mas o que faz sentido é aos representantes da Assembleia Municipal, neste caso também da Câmara e, naturalmente, também a quem vai acolher os espaços, as Direções dos Agrupamentos de Escolas e as Direções do Centro de Saúde de Nelas e da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Senhorim. Os valores que o Executivo tem aí apontados, apontam, para Canas de Senhorim, para cerca de 2 milhões de euros, mais concretamente 1.965.925,76 euros e para o Centro de Saúde de Nelas 2.609.656,27 euros. Pronto, dizer que o que decorre, se os Senhores Vereadores quiserem consultar o que é o Projeto de Arquitetura, que tem que estar aqui disponibilizado e bem, na reunião de Câmara, estão aí os dois projetos. Estão disponíveis os Projetos de Arquitetura dos dois projetos. E, portanto, o que eles estão aqui a falar é a discussão e aprovação do Projeto de Execução, Arquitetura e Especialidades. De qualquer maneira, depois têm aqui também, de alguma forma, o que é a designação dos trabalhos e as cargas, quer do de Canas de Senhorim, quer do de Nelas. Digamos assim que isto é o resumo do que está ali, se os Senhores Vereadores quiserem ver. Podem interromper a reunião, se assim o entenderem, só para verificar. Isto é uma coisa meramente formal, mas, pronto, de qualquer maneira, os valores estão, os projetos estão ali. No final da reunião, os Senhores Vereadores, se quiserem, podem também ver isso. Dizer também que, além disto, têm outra questão que é, depois no decorrer do que é a apresentação, quando for feita, dos projetos, o que importa relevar ali é, de facto, as duas Escolas que ficarão com condições do quotidiano da aula, que é o mais importante, desde as questões climáticas, do aquecimento, de no verão as salas estarem, devidamente, climatizadas, da questão da caixilharia que será toda substituída, a luminária, o que é o conforto, o que é o comodismo, a qualidade e o requalificar e lavar um bocadinho o que são dois edifícios já com décadas largas de existência, será, naturalmente, uma mais-valia. Portanto, ele, Senhor Presidente, não sabe se algum dos Senhores Vereadores quer fazer alguma intervenção sobre essa questão. Punha os dois pontos, o ponto 2.1 e 2.2. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que também queria saber se, em termos de cobertura, também são contempladas algumas intervenções. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires Santos que na Memória Descritiva está também isso. Mas ele falou com o Senhor Eng.º Araújo. Aliás, quando ele veio entregar aqui isto, falaram no mesmo. Tem a ver com o que for aproveitável, digamos assim, ou que estiver em consonância do que decorre do Quadro, este, como o do Centro de Saúde, é muito virado para a Eficiência Energética. Aliás, tudo o que vem aí no PT 2030,

todos os projetos têm que consignar a questão da Eficiência Energética, a requalificação, os espaços culturais, as Escolas, tudo é obrigatório contemplar a Eficiência Energética. Estão mais direcionados até para requalificar espaços já existentes e dotá-los de melhores condições. E, portanto, é isso que vai ser aplicado. Tudo o que seja para remover e que tenha a ver com a Eficiência Energética será removido, desde o capoto, desde substituir, parcialmente, ou na íntegra, tudo o que houver de telhado, a caixilharia será toda substituída, a luminária também, obrigatoriamente, as casas de banho também com acessibilidade à Comunidade por portadores de deficiência. Portanto, essas questões que decorrem do que é a obrigatoriedade legal da candidatura estão todas consignadas. Portanto, o objetivo é tentar e, basicamente, o que foi dito ao Executivo foi, ao fazer isto tudo, já não dá para mais porque não havia comparticipação. Recorda só uma coisa que não deixa de ser importante, que é sobre esta comparticipação, que ainda não está, o que foi anunciado e depois nas reuniões que o Executivo já teve posteriores, quer no âmbito da CCDR, com o Ministério, quer na Associação Nacional de Municípios, o que decorreu é que ainda não é um documento fechado no que concerne a comparticipação. O que havia era 85% da comparticipação e 15% poderia ser com outros Fundos Estruturais, eventualmente, o PRR, ou o Orçamento de Estado. Mas para fazer isto, eventualmente, seria PRR. Nesta questão o que poderá acontecer é, como as Escolas já estão dentro do PACTO do PT 2030 queiram e isso aí é que não era uma boa questão se, eventualmente, quando lhes foi apresentado na CCDR e depois na Associação Nacional de Municípios já houve a dúvida porque a ideia que havia era que esta requalificação seria feita fora do PACTO. Remete aqui aos 5.329.000,00 euros, que seriam para o Município. Esta verba não estaria lá incluída. Neste momento há uma dúvida grande e não há esclarecimentos. As CIM,s pediram-nos e ainda não obtiveram. E as CCDR,s também não os deram. Quer isto dizer o quê? Que a Câmara poderia estar a aprovar isto aqui. Se os Senhores Vereadores fizerem as contas, se o Município se candidatasse a 85% deste valor a fundos estruturais, sobejariam muito pouco para fazerem candidatura. O Executivo também disse à CIM que, obviamente, convém que essa questão seja esclarecida porque uma coisa é o Executivo orientar as gavetas para outras matérias também importantes, partindo do pressuposto que esta está devidamente gavetizada num outro Quadro Comunitário. Mas, neste momento não há a certeza. E, portanto, dizer aos Senhores Vereadores que, naturalmente, que depois terão que discutir isto mais aprofundadamente. Não quer dizer que esta requalificação não seja importante ser feita. É, claramente. Ninguém tem dúvidas disso. Então, com a delegação de competências, ou é feita agora, ou nunca mais é feita. E, portanto, ou aproveitam uma linha de financiamento para fazer. Ou fazem agora, ou não a fazem de todo. A questão aqui é somente ver se fica dentro, ou não, do PACTO. Pronto e isso, para já, o que o Executivo pode dizer é que deixa essa ideia em cima da Mesa e vai acompanhando e naturalmente o Executivo irá sempre trazendo as decisões para aqui e depois, em cima da Mesa decidirão isso porque os valores que eles acabaram por falar só para as Escolas são 4.6 milhões de euros, não chega, mas vá, 85% disto, obviamente, deixaria uma margem de progressão muito grande. Estes valores decorrem do que é o tipificado. A candidatura tem um valor atribuído por metro quadrado. O que foi feito aqui em termos de candidatura não foi como foi feito antes. Por exemplo, um Agrupamento achar que era importante lá ter um Laboratório de Biologia, ou um Laboratório de Química. Isso não está contemplado. Aqui é somente a questão da Eficiência Energética. Mas como os custos das matérias-primas exponenciaram a candidatura é feita por metro quadrado vezes a aplicação, cada metro quadrado tem um valor associado. Portanto, é ver a área edificada por metro quadrado e multiplicar. E, portanto, foi essa questão. Pediu desculpa aos Senhores Vereadores. Estavam a falar, era só a parte da cobertura. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ---------- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que, em jeito de provocação positiva, quem o ouve falar agora e quem o ouviu falar no último mandato relativamente a estas questões. E nota-se a evolução do pensamento do Senhor Presidente, o que é sempre positivo. É muito interessante ouvir essas coisas e ouvir agora, se não é feita agora, temos que aproveitar senão não pode ser feita e a responsabilidade que ele, Vereador Fernando Silvério, também concorda, é do Estado e essas coisas todas. Bom, mas ele só queria dizer e pensa que

já tinha referido isso, que ele compreende até um certo ponto porque, digamos, a candidatura é efectuada mediante determinados moldes, balizada num Quadro e o Quadro tem a ver com a Eficiência Energética. Ele, Vereador Fernando Silvério, não conhece em detalhe o projeto, naturalmente, mas parece-lhe que este, em termos estruturais, não vai haver grandes alterações. E ele tem que lamentar isso e neste caso em particular, que não responsabilidade da Câmara, a Câmara candidatou-se ao Quadro que lhe foi colocado. Mas têm, basicamente e quando falam aqui também do Centro de Saúde e da USF, também é muito isso. O Senhor Presidente até falou em conforto e ele, Vereador Fernando Silvério, percebeu o que quis dizer. Não é uma oportunidade perdida, pelo contrário, é sempre de valorizar. Mas o que ele pede à Câmara é que no decorrer dos trabalhos e se houver possibilidade para isso e condições para isso também, que olhe também para essas obras de uma outra forma. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Afirmou que achava que as comemorações do 25 de Abril se juntam bem com a bonomia, que continuam. Mas ficará agendado para próximas reuniões. Mas hoje não. Isto só para dizer uma coisa ao Senhor Vereador Fernando Silvério que é importante no salutar debate democrático, atenção. Isto para dizer o quê? O que eles estão a falar aqui em termos do que é são os valores, eles podem estar aqui a equacionar, que supusessem, por exemplo, que isto fica dentro. Ele vai fazer o contrário. Vai pintar o cenário mais negro. Que supusessem que lhes dizem que as candidaturas das Escolas são para ficar dentro do PACTO. Ficando dentro do PACTO, 4,5 milhões de euros, sensivelmente, ficam comprometidos. O que lhes dá pouco menos de 800.000,00 euros para tudo o resto. Ora, o que eles têm que equacionar é, ou avançam com as Escolas e não fazem mais nada no próximo Quadro Comunitário, ou ponderam bem o que fazer. Ele, Senhor Presidente, acha que essa decisão depois terá que ser tomada. Não vale a pena, mas convém terem os cenários todos em cima da Mesa em aberto. Agora, claramente, o que foi apresentado quando abriu o Quadro era uma questão. E neste momento foi evoluindo de uma forma, ele, Senhor Presidente, diria, não diria negativa, mas apreensiva no sentido em que isto possa estar dentro do PACTO também. Se estiver dentro do PACTO vão ter que ter outro tipo de debate natural, seja ele qual for, para saber se fazem isto, porque a vida é feita de opções. Mas o que ele acha é que este Quadro Comunitário tem que ser participado porque os vai vincular nos próximos anos na execução ao Município e não é uma decisão só de duração do mandato deste Executivo. Portanto, obviamente, tem que ser uma discussão participada e eles têm que tomar opções sobre isso. Há aqui uma questão que o Executivo também fez ali um Estudo, para não extrapolar muito. No anterior Quadro Comunitário houve um Estudo que foi apresentado também na CIM, o financiamento chegou a ir a 185 milhões de euros, com todos os Programas que podiam ser feitos. Por exemplo, o Executivo candidatou ao PO SEUR fora do envelope financeiro da dotação do PT 2030, o que lhes permitiu, além do que era o que lhes coube em termos do Município, poderem, na mesma, candidatarem-se ao PO SEUR e ao Ciclo da Água. Ou candidatarem-se ao PARU e não estava dentro do pacote financeiro e entre outras candidaturas. Agora, tudo o que é candidaturas está quase tudo dentro do envelope financeiro. O PO SEUR vai terminar este ano, em 31 dezembro. E, portanto, mesmo a da água não é á parte, é ali. O que quer dizer que a malha é mais fina e têm que ser mais criteriosas as opções. O Executivo tem expetativas. Gostaria que, de facto, ficasse de fora tendo a ponderabilidade de aplicar o resto do valor. Portanto, então, se não houver mais nenhuma intervenção colocava à votação o ponto 2.1 - Candidatura ao Aviso CENTRO-17-

2022-06 – Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim. ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução, arquitetura e especialidades da empreitada: "Requalificação da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto, em Canas de Senhorim", de acordo com o estabelecido no n.º 2, do ponto 5, do Aviso de Abertura CENTRO-17-2022-06, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5215, datada de 21/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ---

**2.2.CANDIDATURA AO AVISO CENTRO-17-2022-06 – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE NELAS – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO, ARQUITETURA E ESPECIALIDADES**

---- Presente a informação interna n.º 5216, datada de 21/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, que a seguir se transcreve: ----------

---- "Candidatura ao Aviso CENTRO-17-2022-06 – Requalificação da Escola Secundária de Nelas - Aprovação do projeto de execução, arquitetura e especialidades ----------

---- Na sequência da abertura do Aviso CENTRO-17-2022-06 informo que o grau de maturidade mínimo exigido para a operação "Requalificação da Escola Secundária de Nelas", de acordo com o estabelecido no n.º 2, do ponto 5, do Aviso de Abertura, na fase de apresentação de candidatura, é a existência de projeto de execução aprovado pela entidade beneficiária. ----------

---- Face ao exposto, segue em anexo o projeto de execução para aprovação. ----------

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução, arquitetura e especialidades da empreitada: "Requalificação da Escola Secundária de Nelas", de acordo com o estabelecido no n.º 2, do ponto 5, do Aviso de Abertura CENTRO-17-2022-06, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 5216, datada de 21/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, atrás descrita. ----------

## 3 – PASSIVOS FINANCEIROS

**3.1.PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA O FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO APROVADAS NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS DO PORTUGAL 2020, ATRAVÉS DA LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS (REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS NA ETAR DE NELAS III – POSEUR-03-2012-FC-001465) – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO**

---- Presente uma Proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 21 abril de 2023, que a seguir se transcreve: ----------

---- PROPOSTA - CONTRATAÇÃO EMPRÉSTIMO EQ BEI - POSEUR-03-2012-FC-001465 (REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS NA ETAR DE NELAS III) ----------

---- Considerando que: ----------

---- - Nos termos do n.º 13 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, que aprovou o RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais) "Os empréstimos previstos na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º, quando contratualizados ao abrigo das linhas de financiamento disponibilizadas pelo BEI e instituições similares, podem ser utilizados para financiar despesas pagas ou por pagar, desde que as operações não se encontrem física e financeiramente concluídas à data da submissão do pedido de financiamento.". ----------

---- - Nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, "para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado: O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia". ----------

---- - Nos termos do artigo 76º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de Dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2023, "Na contração de empréstimos pelos municípios para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento, é dispensada a consulta a três instituições autorizadas por lei a conceder crédito que se encontra prevista no n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.". ----------
---- - No âmbito das disposições do Despacho n.º 6323-A/2018, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9350/2019, o Município pode optar pela contratualização da taxa de juro fixa ou variável. ----------
---- - Com base na última indicação de cotação efetuado pelo IGCP, aos empréstimos EQ BEI aplicam-se as seguintes taxas: ----------
---- a. Taxa Fixa – 1,564%; ----------
---- b. Taxa Variável - Euribor a 6 meses + spread de 0,277%. ----------
---- - As taxas de juro de referência têm registado um aumento contínuo nos últimos meses, sendo o valor do indexante largamente superior ao valor da taxa fixa, pelo que se considera que a taxa fixa é financeiramente a mais vantajosa. ----------
---- - Os empréstimos EQ BEI têm um prazo de financiamento até 15 anos, podendo em casos devidamente justificados ter um prazo de 20 anos, podendo ter um período de carência até 3 anos. ----------
---- - Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---- - Conforme disposições da parte final do n.º 4 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o pedido de autorização à Assembleia Municipal deve ser acompanhado do Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento. ----------
---- Propõe-se que a Câmara Municipal delibere, no uso das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente proposta, submetendo à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a contratação de empréstimo EQ BEI associado à candidatura POSEUR-03-2012-FC-001465 (REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS NA ETAR DE NELAS III), com as seguintes condições: ----------
---- a) Valor do Empréstimo: 1.668.789,78€; ----------
---- b) Prazo: 15 anos; ----------
---- c) Taxa de Juro: Taxa Fixa 1,564%." ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que no que diz respeito à questão da reutilização da água e no seguimento das reuniões que houve também formais e informais também, até da Senhora Ministra que falou com o Executivo, falou também com os Senhores Vereadores. Ela própria disse, fez questão de dizer que tinha falado também com os Senhores Vereadores sobre esta questão. E, portanto, o que os Senhores Vereadores ouviram da Senhora Ministra que é, neste momento, a Senhora Fundos Estruturais, digamos assim, é ela que tem a responsabilidade, digamos assim, da coordenação do PT 2030, dizer aos Senhores Vereadores que, naturalmente, que o Executivo se associa também ao que foi referenciado no que é a expetativa da Senhora Ministra que é: Avancem que nós estamos cá. Portanto, naturalmente, embora, sem colocar nada, ele, Senhor Presidente, mantém na mesma aquilo que disseram sempre e mesmo no mandato anterior. Quase todas as obras, as empreitadas, tiveram muita

dificuldade em consensualizar. Mas esta, julga ele, Senhor Presidente, não sabe se houve mais alguma, não se recorda, mas julga que foi a única que teve a votação por unanimidade dos sete Senhores Vereadores na Câmara anterior. Houve outra, mas esta foi a que ele se lembre de que teve a votação unânime de todos os Senhores Vereadores. Independentemente disso, estão a falar de um esforço financeiro grande, mas há duas questões que podem ser aqui ponderáveis. Não é um projeto, se calhar, pacífico, não só com mudanças naturais e conjunturais, não é pacífico, se calhar é dentro das próprias forças políticas porque há entendimentos diferenciados sobre a questão da reutilização da água. E vivemos em Democracia. É normal, concordarem, não concordarem. Funciona dessa maneira. O que o Executivo acha é que, de facto, as questões da reutilização da água e até no seguimento do que já falaram hoje, a água é a situação mais premente. Se não é a mais, é uma das mais, porque há outras também, obviamente, da Sociedade em que nós vivemos. E, portanto, o que o Município tem é um tecido empresarial forte. Tem um tecido empresarial que consome, nos picos, cerca de 50%, 45% a 50% do que é a nossa quota de abastecimento de consumo humano de água. Tem também, por outro lado, modelos de desenvolvimento industriais que podem fazer com que haja a necessidade até de reforço de disponibilidade de água, como já foi feito até essa proposta por algumas empresas. E, portanto, o que eles estão aqui a falar é da auto-sustentabilidade do próprio Município porque, naturalmente, é preciso haver indústrias para haver fixação da população e para gerar valor e riqueza e fixar as famílias e as pessoas. E, ao mesmo tempo, preservarem o meio ambiente que nos rodeia. E, ao mesmo tempo, termos o bem escasso e essencial como é a água a correr nas nossas torneiras que se só se dá falta dele se algum dia e longe vão esses tempos, onde ela deixe de estar nas nossas torneiras. A reutilização das águas residuais para fins industriais vai permitir aliviar, significativamente, em quase metade do que é a disponibilidade de água do Município, o que, em termos de redundância, resolve bastante e dá uma margem também grande de conforto, por um lado. Por outro lado, a questão da Barragem, como eles já falaram, mas é uma questão que nunca será a médio prazo e ele, Senhor Presidente, acha que já está a ser eufemístico. Mesmo a questão da adesão à Águas Douro e Paiva e conseguir da Águas Douro e Paiva chegar a Viseu e Viseu libertar parte do consumo, os tais 10.000 $m^3$ de água diários para o Município conseguir ter da redundância em Fagilde para libertar para os outros Municípios, o Estudo eram para já estar em São Pedro do Sul em 2021 e portanto, não está. Portanto, se ainda nem está lá em Lafões, portanto, vai demorar a chegar aqui. E, portanto, este problema, vamos tê-lo sempre pela frente do nosso horizonte e quando chegar aquela parte mais do pico da falta de água, naturalmente, que haverá pressão por parte das empresas em terem água, que é importante para o seu setor produtivo, senão também deixam de ter sustentabilidade e a pressão que há também do que é o consumo do abastecimento humano, que também não pode ficar sem água. E não é uma questão despicienda e é, de facto, diriam entre muitas outras, mas uma preocupação grande que a Câmara tem que ter. Grosso modo, o que eles estão a falar aqui é resolver esse problema, ou seja, arranjar redundância para que as nossas empresas, o nosso tecido empresarial forte continue a funcionar em pleno e continue a gerar riqueza, a desenvolver-se, a criar postos de trabalho e a criar riqueza e a fixar as populações. E, simultaneamente, conseguirmos também termos aqui uma minoração do que é o impacto ambiental porque deixamos de descarregar para o meio hídrico, não na totalidade, mas na maior substância do que é a descarga para o meio hídrico. O Executivo poupará muito também nas elevadas taxas de descargas no meio hídrico. Deixará de as fazer nessa substância em grande. E, naturalmente, reaproveitará a águia e em termos até do que é a pedagogia para a Sociedade e para a nossa Comunidade também poderá funcionar e funcionará, seguramente, em pleno. Dizer que, independentemente, disto, há também um Estudo Associado de que este é um projeto que tem a taxa forfetária porque visa, de alguma forma, uma angariação de receita, que é o caso. Portanto, o que eles estão aqui a falar é de um Estudo que não está concluído, mas que poderá apontar para, num hiato temporal de 15, 16 anos, haver, eventualmente, a recuperação do investimento. O que o Executivo pediu foi que fosse feito um Estudo para esta fase, que carece ainda de uma, ou outra variável que pode ser feita. Mas o que aponta este Estudo é haver um retorno do investimento no máximo até 2039, 2040.

Portanto, estão a falar de 15, 16 anos, sensivelmente, no que será o retorno porque haverá o tratamento da água, os custos estão feitos. E depois a água é, digamos, de alguma forma, vendida. Devia-se aplicar no Município de Nelas duas tarifas: Uma para tarifa para água residual urbana e outra tarifa de água residual industrial. Portanto, há aqui estas propostas que estão a ser debatidas. Está cá o valor total do financiamento da APR, da reutilização da água. Estão aqui as variáveis. Naturalmente que isto ainda é um esboço que vale o que vale. Também chegou muito recentemente, portanto com este pedido que o Executivo fez para haver esta informação. Aliás, já havia anteriormente, os Senhores Vereadores recordam-se disso, que havia já um Estudo do tempo em que haveria para a rentabilização, digamos assim, do investimento do Município. Portanto, o valor que eles estão aqui a falar é o reajuste com o que era o montante do investimento da Autarquia, o que era antes e o que é agora, que é o dobro. E, portanto, o que era expectável de ser para 10 anos, naturalmente passará para 15, para 16, ou 18 anos, por aí, embora haja a expectativa de poder ser feito no limite até 2040 num cenário mais lato. Mas isso, depois passará, naturalmente, para haver aqui as variáveis, com a ERSAR, consensualizadas também de forma a ver qual é o preço em que se vende também a água. Portanto, é prematuro estarem a falar para já. O Executivo pode querer vender a água a um preço ligeiramente mais elevado para ser num hiato temporal inferior. Mas se fizerem isso, depois se não compensar para as empresas comprar esta água em relação à do abastecimento humano também não vale a pena. E, portanto, isto ainda é um processo que se encontra em desenvolvimento, mas importa terem a ideia que, de facto, este projeto será um projeto dos poucos, era bom que fossem todos assim, que se pagará a ele próprio num hiato temporal que demorará, naturalmente. Mas terá esse retorno porque o Executivo vai vender a água. O Município vai vender a água. Portanto, vai abater, digamos assim, a aquisição deste equipamento. Dizer ainda que, independentemente, disso também está em cima da Mesa, até porque de uma forma ainda não formal, até de uma forma informal, houve o interesse manifestado em haver parcerias privadas para a exploração que poderia ajudar, de alguma forma, a mitigar o valor, ou o investimento, digamos assim, da Autarquia. Não está a dizer que com isso que é um assunto, ou um caminho que o Executivo enverede mas, tudo o que seja equacionável, discutirão, obviamente, sobre isso. Havendo uma parceria público-privada, ou uma parceria com empresas, ou isso, que permita mitigar o investimento do Município, pode ser ponderável. Se o Executivo vir que compensa, a ele, Senhor Presidente, não o violenta, de forma alguma, que essa solução possa ser feita, desde que a gestão principal continue a ser feita pela Autarquia. E, ele, Senhor Presidente, sobre este aspeto, pronto, está aí o financiamento, que é o financiamento da contrapartida nacional. É o valor que está ai tipificado. Conta também com o valor que foi atribuído, que eles já cá falaram, do Fundo Ambiental. E, portanto, têm aí o valor do empréstimo de 1.668.789,78 euros, porque há uma outra parte ainda de um hiato de 200.000,00 euros, que é um 1.882.000,00 euros, que é o valor total do não elegível. Mas, portanto, é esse valor que o Executivo propõe, que é o que decorre da empreitada e dos valores que estão aí. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria intervir. Deu a palavra à Senhora Vice-Presidente. ----------

---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, afirmou que era só para reforçar o que ela considera sobre este projeto, embora, como disse o Senhor Presidente, poderão as forças políticas não estar todas alinhadas na importância deste projeto. Mas ela pensa e todos eles sabem a escassez de água no nosso território, nomeadamente, no nosso Concelho, desde 2017, aliás em 2017 já foram utilizadas as medidas excecionais como o transporte de água através de cisternas e nós, Municipes, nós, Portugueses, se calhar, temos

um terrível hábito que é, enquanto estamos a vivenciar um determinado problema, lamentamos muito, mas depois acabamos por nos esquecer dele muito rapidamente. E que desculpassem a expressão, mas colocamos a cabeça na areia e fingimos que não se passa nada. E foi o que aconteceu desde 2017 até agora. Nada se fez em termos do Sistema de Abastecimento de Fagilde. Continua sem estrutura para armazenamento. Continua a armazenar apenas os 35% de água. Continuamos a ignorar as alterações climáticas, embora apregoemos muito sobre elas, nomeadamente às crianças e ouçamos muito falar sobre elas, mas as nossas atitudes perante estas alterações continuam a ser muito nefastas e continuamos a não ter atitudes, ambientalmente, sustentáveis. E agora temos aqui um projeto, um projeto que é urgente implementar, do seu ponto de vista. Um projeto que vai colaborar para a boa gestão da água, para o Ciclo da Água. E vai-nos permitir também criar resiliência também nos nossos Sistemas de Abastecimento de Água. E, portanto, ela, Senhora Vice-Presidente, pensa que não há dúvidas. É um projeto, extremamente, importante e é de avançar e de implementar. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Vice-Presidente. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que ia tentar ser sucinto, mas a Senhora Vice-Presidente, desde 2017 não se fez nada relativamente a este tema. Pronto, é uma afirmação. É uma afirmação gratuita, que não corresponde à realidade e com certeza, desde 2017 até que tomou posse em 2021 deve ter andado distraída. Com certeza que andou distraída. Se calhar, não prestou atenção a todos os investimentos que foram realizados, digamos na distribuição da água em baixa e também na própria Barragem de Fagilde. Não sabe se ela já ouviu falar em ensecadeiras e outras obras que lá foram feitas para aumentar a capacitação de armazenamento de água. Porventura, não está por dentro dos assuntos e por isso faz essas afirmações assim que desde 2017 não se fez nada. Acha que é uma afirmação, pronto, vai dizer gratuita, para não dizer outra coisa. Mas, dirigindo-se ao Senhor Presidente, relativamente a este assunto e o Senhor Presidente tem razão no que diz respeito a que esta obra foi sempre consensual. Foi uma candidatura e um projeto e uma pretensão que foi englobada, digamos assim, num propósito maior, naturalmente, que tinha a ver com um Sistema Integrado do Ciclo da Água. Tinha a ver com as ETAR,s. Tinha a ver com o Reservatório. Tinha a ver com outros investimentos. E também mais tarde com esta candidatura que o anterior Executivo realizou, que foi aprovada porque, naturalmente, o que nós tentamos sempre e cada vez mais, nesta Sociedade em que nós vivemos, é transformar um resíduo num recurso. É isso que se tenta fazer com esta Estação de Tratamento, naturalmente. Foi pena foi no anterior mandato não conseguirem consensualizar com o Senhor Presidente quase nenhuma outra obra. Ou seja, por vontade e por ação direta do Senhor Presidente, na altura Vereador, agora Presidente, nas reuniões de Câmara, porventura a maior parte das obras que se realizaram não se teriam realizado. Isso é um facto. E podiam ter sido realizadas mais, como é óbvio. Muitas mais. É obvio que sim. Por isso, reconhece e já lhe disse há bocadinho, retomando o que disse há bocadinho, o evoluir no seu pensamento e na forma como olha para esta questão deste investimento. Mas ele, Vereador Fernando Silvério, queria dizer o seguinte, relativamente, para já, ao investimento em si. Não vale a pena fazer aqui, digamos assim, o filme de tudo o que se passou desde o primeiro concurso por 1.7 milhões de euros. Bom, o que é facto é que a obra foi adjudicada por 3.337.000,00 euros, grosso modo. E o apoio que em termos de candidatura não foi proporcional ao aumento do investimento final, pensa ele que eram 996.000,00 euros, também grosso modo. Fazendo aqui umas contas, há aqui uma diferença de 2.340.000,00 euros. O que está proposto aí no empréstimo é 1.600.000,00 euros. Está a falar em números redondos, digamos assim. Ainda está aqui uma diferença, está a falar de números redondos, de 740.000,00 euros. Bom, o que tinham falado aqui anteriormente e que tinham garantido ao Senhor Presidente foi que, além destes 996.000,00 euros, fruto de diversos intervenientes, pensa que teria sido disponibilizado à Autarquia mais um milhão de euros. Pensa que isso foi até referido numa reunião de Câmara, em um milhão de euros. Fazendo assim as contas daquilo que está e ele, Vereador Fernando Silvério, pegou em

números redondos, esse financiamento adicional, digamos assim, não vem aqui referenciado. Pelo menos, não o vê em lado nenhum. Não o vê aqui. Isto, naturalmente, interfere, concretamente, nas contas que estão a fazer e a apresentar. E pode interferir, ou não, no valor do empréstimo que é necessário para a parte não financiada. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que isto é o valor elegível. É disso que estão a falar. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que gostaria que o Senhor Presidente o elucidasse acerca disso. Por outro lado, também, o Senhor Presidente fala aí num Estudo que, eventualmente, com a venda da água. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que Estudo ainda não é. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que percebeu um Estudo em que diz que o Break Even poderá acontecer passado 15 anos. E ele, gostaria, honestamente, não se recorda e do que ele percebeu é que tinha sido este Executivo a ter pedido um Estudo relativamente a estas questões. E era só isso, para agora. Para agora, era só isto que gostaria de saber. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que pegava, se calhar, no último ponto. O que está mesmo no Estudo original, que tem aquelas declarações das empresas em que se comprometem. Por exemplo, no Projeto inicial está que há um compromisso das empresas em que asseguram, que se o projeto for concluído, se comprometem a consumir a água vinda do projeto. Uma das que está lá na questão da taxa forfetária é fazer uma projeção de quanto tempo demoraria ao retorno do investimento do Município. E isso já estava no projeto original. O que o Executivo pediu ao Projetista, que é o mesmo, é que pegasse nesse Estudo que havia. Sem tarifário. Ele, Senhor Presidente, falou até que o tarifário ainda não está definido. O que havia ali era uma projeção, digamos assim, que era obrigatório, em termos de candidatura, porque tinha uma taxa forfetária, ver o tempo, ver o hiato temporal onde podia haver o retorno do investimento da Autarquia. O que o Executivo pediu ao mesmo Projetista que fez o projeto, que é igual ao que fez o projeto inicial, é que projetasse, passa a redundância, uma vez que há um aumento dos custos do Município, que fizesse uma adequação do que poderia ser um projeto, digamos assim, do custo da água à nova realidade dos custos que aumentaram exponencialmente para ver se em vez de ser os 8, 9 anos, como ele, Senhor Presidente, falou, fosse, sensivelmente, o dobro. E, portanto, o que pode ser é a ida até ao limite desses 2040, eventualmente, com um valor, mas o que o próprio Estudo diz é que dependerá depois da decisão política. Se a Câmara, quanto mais barato vender a água, mais tempo demorará a recuperar o investimento. E o contrário também se aplica. Pronto, grosso modo, é essa a questão. Não vai falar sobre os outros investimentos, dizendo ao Senhor Vereador Fernando Silvério que pode verificar nas atas que ele, Senhor Vereador Fernando Silvério, gosta de consultar e ele, Senhor Presidente, também, que outros investimentos que votou favoravelmente, muitos deles. E houve outros que, mesmo no Ciclo Urbano da Água, das ETAR,s, está lá em ata e ele, Senhor Presidente disse: Eu votarei favoravelmente se não misturarmos aqui as questões das requalificações. Está lá. Ele, Senhor Presidente, traz-lhe a ata dessa primeira reunião, com todo o gosto, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Sem supressões. Perguntou-lhe se sabia aquelas missilings das atas, ele, Senhor Presidente, traz-lhas depois, sem problema algum. E este investimento, continua-o a olhar como sempre olhou. E agora, ainda mais afincadamente. Ou seja, nunca teve dúvida que era relevante. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que o Senhor Vereador Fernando Silvério deve ter recebido também a parte da nova reprogramação e os valores já são diferentes nesta altura, portanto, houve depois disso. Relativamente ao 1 milhão de euros o Senhor Presidente melhor explicará porque, realmente, houve esse compromisso, mas esse compromisso foi só verbal. Quando foi para passarem para escrito não o quiseram assumir. O que foi solicitado ao Executivo foi que fizessem o cálculo daquilo que ainda faltava receber em termos de ETAR,s, de ETAR,s que podiam ser não elegíveis. Neste caso seriam 291.000,00 euros. Esses 291.000,00 euros foram canalizados também para esta candidatura. E também há um, aí sim, já escrito acha ele, um compromisso também de cerca de 230.000,00 euros, de Fundo Ambiental para suprir isso, o que no empréstimo tem em conta também. E há outra situação também que depois o PO SEUR também comunicou ao Executivo, aqui por escrito, o valor que está com um investimento elegível não comparticipado que, eventualmente, essa situação poderá ser revertida caso venham a ter disponibilidades adicionais. Portanto, é esperar para ver, como se costuma dizer. Como este projeto, há outros que estão à espera que se saiba se são para ir para uns, ou para outros. O Executivo nunca o deixou cair, fruto daquilo que também disse, quer o Senhor Presidente, quer a Senhora Vice-Presidente: E a expetativa do Executivo é que ainda conseguirá ter, deste valor do não elegível comparticipado, alguma verba também para compensar esta falha. Não havendo, naturalmente, que em princípio terão que fazer um empréstimo para a outra parte que falta fazer. Não o fazem já agora também tendo em atenção a isso. Se vier este valor não se justifica estar a fazer o empréstimo. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vice-Presidente. ----------
---- A Senhora Vice-Presidente, Elsa Loureiro, afirmou que era só para responder ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Quando ela se referiu que não se fez nada foi, naturalmente, a nível nacional na Barragem de Fagilde porque, como sabe, choveu imenso durante os primeiros meses deste inverno e no entanto, tiveram que abrir as comportas porque a estrutura não suporta mais do que 35 milhões de metros cúbicos de água e isso é um desperdício, claramente. E já que se estava a referir, agora ao nível municipal, o que se fez foi, efetivamente, o quê? Um reservatório que até hoje ainda não teve qualquer utilidade. Se calhar, as medidas que foram tomadas não são muito eficazes. ----------
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que falando de coisas sérias. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que só em jeito de intróito da sua outra intervenção, perguntou-lhe a que se referia à supressão das atas e as missilings, que disse isso com o microfone aberto. Acha que era bom. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que estava a falar nisto na questão da interpretação das atas. Só, mais nada. Calma. Está a falar na questão de que o Senhor Vereador Fernando Silvério disse, basicamente, que ele, Senhor Presidente, era a favor das obras, não era a favor dos empréstimos. Ele, Senhor Presidente, disse que não era bem assim, que o que lhe estava a dizer era que nas atas, então, se quiser esse esclarecimento, tudo bem. As supressões eram no que está a dizer o Senhor Vereador Fernando Silvério na ata. Não é nada na ata alterada. Então, o esclarecimento está feito e o que ele, Senhor Presidente, queria dizer com isto era que o que estava lá, a interpretação não é sua, é do Senhor Vereador Fernando Silvério. O que estava lá é que ele, Senhor Presidente, votaria favoravelmente se não estivessem as outras obras menores. Isso está lá. E era isso que lhe estava a dizer em relação à ata. Não foi que a ata foi riscada, ou vetada, ou alguma coisa do género. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por este esclarecimento que acha que era importante para não deixar margem de dúvida uma vez que falou em supressões nas atas e até por uma questão de memória futura. Mas, concretamente, ainda ao investimento em termos financeiros, então por aquilo que ele percebeu, então tem um apoio de 290.000,00 euros + 230.000,00 euros. Vão imaginar que foi canalisado, digamos assim, o financiamento e digamos que há aqui uma diferença que não

chega a 300.000,00 euros. Ele fica surpreendido e volta a dizer, não vai puxar a fita atrás acerca deste processo todo, mas não pode deixar de dizer isto quando vê aqui falar neste projeto, que é, extremamente, importante, é estruturante para o Concelho, na sua opinião, mas não po0de deixar de dizer ao Senhor Presidente, naturalmente, ao Executivo, que o queriam abandonar. E, agora, quando ouve falar os Senhores Vereadores, o Executivo, desta forma não podia deixar de dizer isto. E começou por reconhecer que no anterior mandato e era verdade o que o Senhor Presidente disse que esta era uma obra consensual, que era um investimento consensual. Mas não foi isso que se passou há uns meses atrás em reuniões de Câmara. Isto, para dizer o quê? Porque foi dito aqui pelo Senhor Presidente que além destes 996.000,00 euros haveria, provavelmente, 1 milhão de euros. E é verdade que, também é verdade, porque o Senhor Presidente o disse e ele, Vereador Fernando Silvério, tem que reconhecer isso, mas faltaria formalizar. E, nestas coisas, naturalmente, o que conta são as palavras das pessoas, mas conta é os documentos, sobretudo quando estão a falar no aspeto financeiro. E estão a falar de muito dinheiro. Ele gostaria de tentar saber o que é que aconteceu em termos práticos, factuais, porque é que esse um milhão de euros, digamos assim, não foi consignado ao Município de Nelas para esta obra, antes de tecer mais comentários. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, começavam por aí, por um milhão de euros prometidos. Os Senhores Vereadores lembram-se, certamente, que eles falaram aqui no diligenciar esforços, digamos assim, de convergência paralela por todos os Senhores Vereadores com os canais em que isso pudesse ser feito. E este valor, eles já o falaram cá mais do que uma vez, falaram logo, que era um valor que, eventualmente, lhes disseram que podia ser atribuído como reforço, digamos assim, ao projeto e estava certo que o Senhor Vereador Fernando Silvério também terá conhecimento porque os Senhores Vereadores do PS também diligenciaram esforços nesse sentido. Este valor era para ser comparticipado, muito grosso modo, através da APA e do Fundo Ambiental. O que acontece, o que lhes foi dito pela APA foi que o que é legítimo, ou que é consignável no valor é o montante máximo destes 230.000,00 euros que podem ser expectáveis. O Executivo, até, inclusivé, na reunião, imediatamente a seguir, falaram disso. E, portanto, a expetativa que havia é que era de um milhão de euros e aquele hiato de discussão, ou debate até inclusivé, na formalização da candidatura, foi sempre o Executivo ter uma garantia que, eventualmente, o hiato financeiro que foi, digamos assim, sugerido, ou o que era expectável que houvesse este reforço de um milhão de euros, fosse, de alguma forma, formalizado e não se ficasse somente nas palavras porque, de facto, houve essa primeira comunicação que ia ser feito um reforço de um milhão de euros, eles falaram aqui. E, depois, mais tarde foi dito que não era possível, certo e imediato e era por aqui. O Executivo quis, naturalmente, que fosse normalizado isso. Teve reuniões com um Senhor Secretário de Estado, com dois, porque, entretanto, houve a mudança do que era o Secretário de Estado anterior por um outro, o Executivo falou com os dois Secretários de Estado, com a APA, com na CIM e com a CCDR, no sentido de, de alguma forma, assegurar que fosse esse valor. A única segurança que existe é o compromisso que a Senhora Ministra teve com este Executivo e com os Senhores Vereadores também, de quando da sua presença. E acredita que um Ministro do Governo, naturalmente e quem tem a responsabilidade acrescida, portanto, de gerir as verbas que, eventualmente, que não induzirá o Executivo em erro. Agora, independentemente, dos riscos todos que se corram e foi isso que o Executivo também salientou, a vida também é feita de riscos. Agora, o projeto tem, apesar de todas as vicissitudes e os contornos, uma componente que não será um investimento a

fundo perdido porque terá retorno, com um hiato temporal que demorará, mas terá retorno e será pagável, digamos assim, pelas gerações futuras. Agora, pronto, há esse compromisso do Governo, há esse compromisso da CCDR. Portanto, pessoalmente, publicamente, não só com o Executivo, com a Câmara, com a Assembleia Municipal, com os empresários, não lhe parece que, além de tudo há uma questão que eles aqui sempre foram tentando dirimir, que era a questão de haver um projeto análogo na mesma Comunidade Intermunicipal, num Concelho vizinho, em Mangualde, que desistiu do projeto e, portanto, a verba que estaria, de alguma forma, alocada para o projeto em Mangualde, podia ficar no território, uma vez que isso acontece. O PO SEUR nunca assegurou isso e nunca deu garantias ao Executivo de que isso pudesse acontecer. Vamos ver e por aí. Portanto, também é natural que o Executivo tivesse necessidade de ter algum conforto no sentido onde aquele valor referencial, como o Senhor Vereador Fernando Silvério falou de um milhão de euros que eles falaram, para o Executivo é o valor referencial porque mesmo com o esforço financeiro que há da Autarquia, era acompanhado pelo esforço dos Fundos Estruturais e havia a mesma paridade, que é isso que o Executivo defende. E, portanto, é essa expetativa e esse compromisso que eles têm para com o Executivo. A Senhora Ministra da Coesão, que tem a responsabilidade da gestão financeira e pelo reforço que teve nesse dia, a Senhora disse assim: Se não se importava, Senhor Presidente, fale com os Senhores Vereadores do Partido Socialista. E ele, Senhor Presidente, disse-lhe: Senhora Ministra, por amor de Deus, estive a falar com os Senhores Vereadores e não só e com o Senhor Professor Borges, com om Líder da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, sobre a questão da reutilização da água e do projeto e de qual era o compromisso. E foi isso também que a Senhora Ministra lhes disse. Era isso que ele, Senhor Presidente, estava a dizer. E a questão do abandonar o projeto, vão ver se eles desmitificam aqui uma questão. É a mesma coisa das Escolas e tem a ver com as expetativas também criadas e que é assim: Se o Executivo hoje, a construção das Escolas for fora do PACTO com o financiamento a 85% como está e com os 15% assegurados pelo Orçamento de Estado, ou pelo PRR, ou por outra linha de financiamento, obviamente que ele, Senhor Presidente, nem ninguém tem uma hesitação qualquer que seja. Se, entretanto, lhes disserem e ele, Senhor Presidente, há pouco falou sobre isso, que lhes digam assim: Olhem, afinal o que está na Educação, estes projetos entram no PACTO. Então os Senhores Vereadores não acham que tem que ser ponderável? Tem que ser, no mínimo, ponderável. Até pode ser a decisão de continuarem com os projetos das Escolas. Mas tem que ser ponderável quando o projeto da requalificação das duas Escolas hipoteca o investimento a Fundos Estruturais durante uma década no Município para, somente, 700.000,00 euros, 800.000,00 euros. Tem que ser ponderável. Foi o que aconteceu com a reutilização da água. Foi-lhes criada a ideia de que podia haver um reforço financeiro de um milhão de euros. Esse reforço de um milhão de euros foi esbatido e passou para estes 230.000,00 euros. E foi-lhe dito e o Executivo insistiu e reforçou e ficaram por aí. Este valor de um milhão de euros os Senhores Vereadores também têm conhecimento disso. Também participaram e bem, e bem, ativamente, em prol do interesse municipal, com linhas de conhecimento que fazem, que são naturais, que são abonatórias em termos democráticos, que é o funcionamento democrático, sem pejo nenhum. O Executivo pediu o apoio dos Senhores Vereadores. Os Senhores Vereadores fizeram esse apoio. E, portanto, todos juntos chegaram aqui. A expetativa que o Executivo teve foi igual à dos Senhores Vereadores. No retorno que os Senhores tiveram havia um reforço de um milhão de euros. Só que depois chegaram aqui a uma reunião e afinal esse um milhão de euros não é um milhão de euros e são 230.000,00 euros. É uma diferença grande. A questão não era abandonar, ou não. O Executivo tinha que ter um conforto de saber se o esforço que estão a fazer se compensa, ou não. Ainda hoje, por mais argumentos que usem, há ainda muito boa gente, muito informada, devidamente informada, que acha que não faz sentido, que não é prioritário, que apesar da reutilização da água, é uma construção, que não é um apoio direto, que não é um benefício para o Município, é apoiarem uma quantidade ínfima de empresas. E, portanto, a argumentação será a mesma. Agora, o Executivo, sim, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, chegou cá, eles não estão a aprovar, já aprovaram, aliás, a questão das Escolas. Se depois na CIM lhes disserem: Olhem, os 5,3 milhões de euros,

desses 5,3 milhões, 4,5 milhões de euros são os das Escolas. Os Senhores têm mais 700.000,00 euros, 800.000,00 euros, para candidatar. Então o Senhor Vereador Fernando Silvério não acha que a Câmara tem que ponderar? Não quer dizer que não avancem, mas têm que ponderar. Não podem esgotar, naturalmente, aí tudo o que possa ser feito. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que era só para terminar. Não quer, o Senhor Presidente sabe bem, sabem todos bem o que é que aconteceu nessa reunião. Todos eles sabem aqui o que se passou nessa reunião e é verdade, o Senhor Presidente ponderou e tomou uma decisão que era não continuar com om projeto. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que não era verdade. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Que era não continuar com o projeto. O Senhor Presidente ponderou e ele, Vereador Fernando Silvério, não quer voltar a essa discussão porque sabem bem, acha que já é estéril no sentido que, neste momento estão focados e bem, em que o investimento seja realizado. Mas também não pode agora também é estar com esse tipo de narrativa e esperar que eles, Senhores Vereadores, que está tudo bem. Que desculpasse, o Senhor Presidente ponderou e ele, Vereador Fernando Silvério, até vai tentar ser simpático, ponderou e ponderou e disse que não queria avançar com aquele projeto. ----------

---- O Senhor Presidente perguntou se ponderaram não avançar, em cima da Mesa. Sim. É normal. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Ponderou e chegou a uma conclusão que achavam que era importante, que era estruturante. Isso é uma coisa que todos eles acham que querem investimentos, mas investimentos prioritários. Mas o facto é avançar com eles e ter a capacidade de ir buscar financiamento, de cativar financiamento. Certo? Agora, o Senhor Presidente também não pode, que desculpasse lá, não pode estar com esse tipo de discurso sabendo todos eles, aquilo que se passou porque ele, Vereador Fernando Silvério, foi o primeiro a argumentar. Se o Senhor Presidente continua a dizer que não é verdade, ele vai ter que lhe dizer o que é que o Senhor Presidente disse aqui a esta Mesa. Ele não quer porque volta-lhe a dizer que ele acha que devem estar focados é no investimento. Daí estas suas questões relativamente ao aspeto financeiro e não ao aspeto da boa vontade, se é contra, se é a favor, o que é que se passou. Não. Ele está a falar relativamente ao investimento que devem estar todos focados, na sua perspetiva, no investimento. E, naturalmente, em tentar diminuir o ónus da Câmara neste investimento. E daí a sua questão, dirigindo-se ao Senhor Presidente, relativamente a um milhão de euros porque sabe bem tudo o que foi feito e o que ele vê e não queria fazer aqui analogia, mas poderia fazer com outros investimentos, com outros financiamentos que o Executivo não conseguiu assegurar, como por exemplo para a requalificação da Ponte das Caldas da Felgueira e outros. E ele, Vereador Fernando Silvério, fica porque o Senhor Presidente falou aqui num milhão de euros e agora vem-lhe dizer e ele não está a dizer que a responsabilidade, mas agora ouve apenas 230.000,00 euros. Mas fica um bocadinho. Então, de um milhão de euros passamos para 230.000,00 euros? ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que já falaram nisto aqui, que não era a primeira vez que estavam a falar nisto. Não é a primeira vez. Que visse as atas. Não é a primeira vez. Mas que continuasse. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: E, naturalmente e acha

que é comum a todos, mais uma vez, digamos, resumir o ónus da Câmara Municipal porque eles reconhecem que é estruturante, tudo bem. Mas tem que lhe dizer que fica surpreendido de um milhão de euros passarem para 230.000,00 euros. E o Senhor Presidente, a explicação que disse é que lhe disseram isso. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Fernando Silvério ouviu isso até da própria boca da Senhora Ministra. Que houve um reforço de apoio, que eles já aqui falaram e que houve o apoio do Fundo Ambiental. A Senhora Ministra também disse isso. Pelo menos foi isso que a Senhora Ministra lhes disse. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério perguntou ao Senhor Presidente se podiam aferir, então, se além desses apoios, poderão estar e qual o valor, até ao términus, até ao valor total do investimento? Só para terminar, termina já. O que lhe foi dito foi que de um milhão de euros passou para 230.000,00 euros. Mas o Senhor Presidente tem aí a expetativa por escrito. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que logo na primeira alocação ele falou nisso. O que lhes foi veiculado é o que ele está a dizer ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Não é a primeira vez que elas falaram disso. Já falaram aqui que o financiamento era do Fundo Ambiental e era neste valor. Também não quer deixar a coisa aqui à volta desse assunto. Tem quase a certeza. Mas não é agora motivo para estarem aqui a trocar argumentação. O que ele quer dizer é que é assim: Mesmo na exposição, ele falou logo no início que havia essa expetativa de um milhão de euros, está ali, que lhes foi criada e que, entretanto, o que derivou, ao explicar o financiamento, foi o assegurar, de imediato, os 230.000,00 euros do Fundo Ambiental, tendo-lhes sido dito que não podia ser de outra forma porque não estando constante em Orçamento de Estado, é o limite máximo que pode ser feito de apoio através do Fundo Ambiental. Mas que houve um reforço feito na reunião, que eles também já falaram aqui desse reforço, com a reunião com a Senhora Ministra da Coesão e que nessa mesma reunião ficou um compromisso de haver o diferencial deste valor ser atingido para o valor de um milhão de euros, digamos assim. E a Senhora Ministra, depois, no final do dia, digamos assim, disse que será um projeto que ela vai sossegada porque é um projeto que ela vê que tem o acolhimento de todo o espetro político ou partidário e que tinha falado com os diversos Atores, falou com a Assembleia Municipal, com o Partido Socialista, com os Senhores Vereadores, com a Bancada, com os Elementos da Coligação e que ela própria tinha assegurado que o valor não é remanescente, é nestes termos. Mas o diferencial que havia do que teria sido o valor inicial que, de alguma forma, seria garantido pela palavra que a Senhora Ministra concedeu. Ele, Senhor Presidente, disse, logo isso no início. Esse valor bate no um milhão de euros, que era aquilo que eles estavam a falar. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires Santos. ----------

---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos afirmou que só queria, pronto, tinha algo mais a dizer, mas já foi aqui dito, praticamente, por todos e há aqui uma sintonia de princípios e que ele acha que é o correto. Sobre este investimento, acha que eles têm todos responsabilidades, porquê? Porque é um trabalho pela água, pelo ambiente. Têm todos essa responsabilidade porque, no fundo, é o futuro são as alterações climáticas, é o período que vivemos e muitas vezes também para darem bons exemplos. Eles têm aqui a responsabilidade também muito importante que também tem a ver com a reutilização da água que é o tecido empresarial. Há muitos Municípios que, tomaram eles também gastar um pouco de água a mais nas empresas, só que elas não existem. O Município de Nelas tem este tecido empresarial que nos consome muita água e nós temos que arranjar recursos. E, hoje, os recursos são cada vez mais escassos, mais residuais e tem que ser na reutilização, portanto, todos os meios, para que haja sustentabilidade e também em termos de imagem positiva da Autarquia, que a gente também se sinta confortável porque estamos na linha da frente. Foi nesse sentido e que o Senhor Presidente ainda bem que agora tocou nesse assunto, naquela visita quando esteve cá a Senhora Ministra da Coesão, ele, Vereador Aires Santos, provocou essa conversa para que sentisse a realidade e a necessidade que aqui está e também os benefícios que iriam trazer para todos os residentes, mas também o que tudo estava a envolver. Daí a nossa conversa, como toda a gente se apercebeu e saíram com algum conforto

e era o que tinham até agora. Só que agora estão a ficar assim um bocado, com o saco que estava cheio, está a ficar meio vazio. Pronto, mas o que interessa são as intenções e a abertura. Mas deu-lhes a expetativa. Isto é como quando se joga o Euromilhões. É para sair. Não é para dar dinheiro aos outros. Portanto, é assim, vamos com calma e ele, Vereador Aires Santos, sempre esteve a favor desta obra, deste investimento, desde o primeiro dia, porque isto, como o Senhor Presidente disse, é uma obra que já vem desde o mandato anterior e é estruturante. E, portanto, o voto só pode ser favorável. Como também naquelas reuniões que eles tiveram, como disse o Senhor Vereador Fernando Silvério, houve um momento que houve um passo atrás. Aí, o Senhor Presidente até disse: Os Senhores ficam aí a conversar um bocadinho sobre este ponto, para ver a melhor solução, porque é a nossa intenção. Mas, pronto, deu-se um passo atrás para avançar dois para a frente. Mais, ou menos. Já terminou. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar dois apontamentos finais. Ele acha que é importante ressalvar essa questão. Mantém a ideia de sempre. Havia o compromisso também de todos, que é assim: Há projetos que nós, por mais estruturantes que eles sejam e por mais que acreditem neles, pode aparecer um momento em que eles possam sentir que o esforço que está a ser feito se não está a ser um esforço excessivo e naquela conjuntura, sem o conforto do tal um milhão de euros, independentemente da relevância grande que o projeto tinha e tem, é natural e sopesável que tivesse sido colocado em cima da Mesa, que foi o feito é que vale a pena fazer este esforço e o que o Executivo fez foi retirar e remetê-lo para uma próxima reunião e diligenciarem esforços para conseguirem mitigar o esforço financeiro da Autarquia. E fará, rigorosamente, o mesmo se acontecer na questão da Educação. O que é importante para ser feito é feito desde que não seja feito com um esforço financeiro acrescido. Até diz mais: Muito provavelmente, muitos dos projetos, por menor que seja o esforço, haverá sempre gente que não concordará com eles e isso é a Democracia a funcionar. Não quer dizer que seja o caso. Ele está a falar, academicamente, só falando. Para terminar, só a questão e não vai lá porque é desviarem-se disto. A Requalificação da Ponte da Felgueira, só para dizer, que é assim e em abono da verdade, para que eles saibam que tinha uma dotação orçamental de 66%, se a memória não o atraiçoa, de comparticipação. No Orçamento de Estado, a seguir, foi modificado e passou para 26%, quase para ⅓. Não é, propriamente, o mesmo. Já que estão a falar do que é a comparticipação financeira da Autarquia, não é o mesmo. Portanto, nesta questão que tem a ver, então, com esta proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo. Dizendo isto, portanto, vão pôr, então, à votação. ----------

---- A Câmara, no uso das competências previstas na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, atrás descrita, submetendo à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a contratação de empréstimo EQ BEI associado à candidatura POSEUR-03-2012-FC-001465 (REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS NA ETAR DE NELAS III), com as seguintes condições: a) Valor do Empréstimo: 1.668.789,78€; b) Prazo: 15 anos; c) Taxa de Juro: Taxa Fixa 1,564%.” ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que era só para dizer ao Senhor Presidente que, naturalmente, fará chegar uma declaração de voto e não pode, não vai deixar de plasmar nessa declaração de voto o que foram, naturalmente, as opiniões do Senhor Presidente. E também e os seus comportamentos relativamente aos investimentos no mandato anterior, sobretudo, na votação para empréstimos no anterior mandato, para investimento e muitos deles investimentos financiados. E todos eles sabem qual foi a orientação de voto do Senhor Presidente. Agradeceu ao Senhor Presidente. Não vai fazer a mesma coisa que o

Senhor Presidente fez. A ele, Vereador Fernando Silvério, são os objetivos superiores do Município e não a táctica, nem política, nem eleitoralista. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que podia fazer uma declaração de voto sobre uma declaração de voto depois também. Aliás, é uma figura que já existe nesta Câmara já há uns tempos e, portanto, vai recuperar, somente, um procedimento. ----------

## 4 – DIVERSOS

### 4.1.RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM CARVALHAL REDONDO – PAGAMENTO DE CONSUMOS DE ENERGIA ELÉTRICA À FÁBRICA DA IGREJA NOSSA SENHORA DO VISO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4732, datada de 12/04/2023, do Serviço de Obras Municipais e Oficinas, que a seguir se transcreve: ----------
---- "Reservatório de água em Carvalhal Redondo - Consumos de energia elétrica ----------
---- Informo V. Ex.ª que para a resolução dos problemas de pressão na rede de abastecimento de água de Carvalhal Redondo, uma vez que a cota do reservatório de Carvalhal Redondo, 437 m.c.a, não permite a existência de pressões satisfatórias na parte alta, foi necessário realizar uma pressurização da rede na saída do reservatório para garantir a pressão ideal na parte alta, e ainda reduzir a pressão na parte baixa para proteger a rede em baixa de pressões elevadas. ----------
---- Para realizar estas duas ações foram necessários os seguintes equipamentos: ----------
---- - Hidropressor para pressurização da rede; ----------
---- - Válvula Redutora de pressão para redução da pressão na parte baixa de Carvalhal Redondo. ----------
---- Os equipamentos em causa foram instalados em julho de 2021, tendo-se verificado ser necessário um aumento de potência de energia para suportar os mesmos. Por forma a agilizar o processo procedeu-se à ligação de energia às instalações da Fábrica da Igreja da Sr.ª do Viso, até se conseguir a potência necessária nas instalações do reservatório. Com esta situação provisória verifica-se um acréscimo de cerca de 3.590,19 euros até dezembro de 2022, no consumo da Fábrica da Igreja, conforme documentos em anexo. ----------
---- Mais informo que a previsão para a conclusão dos trabalhos de ligação nas instalações do Município é que esteja finalizado no decorrer do próximo mês de maio. ----------
---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª." ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que o que eles têm aí é uma questão que tem a ver, vai pelo lado bom das questões. Houve a necessidade de, de alguma forma, haver aqui uma agilização para o funcionamento de uma parte que tinha a ver com o abastecimento de água também, com a agilização da Igreja e, de alguma maneira, da Igreja de Nossa Senhora do Viso, da Fábrica da Igreja. Eles apresentaram ao Executivo uns valores que já teriam também falado sobre esse assunto que tem a ver com o facto de ser utilizada a parte elétrica neles, aumentou, exponencialmente, os consumos energéticos. E o que o Executivo pede é que fosse feito esse pagamento. Estiveram á espera de fechar o ciclo para ficar com os valores corretos para apresentar e trazerem, naturalmente, a reunião de Câmara porque isto, para ser aprovado tem que ser em reunião de Câmara. É entendimento do Executivo que faz sentido que a Câmara, porque aquele equipamento é um equipamento que foi assumido pela Autarquia para a população. E, portanto, há uma Entidade terceira que custeou, digamos assim e se não custeasse, provavelmente, o equipamento podia não estar a funcionar. E, portanto, faz sentido. Já está resolvida a questão da parte elétrica para funcionar só, diretamente, com a contagem separada para inviabilizar esta situação futuramente. Mas, obviamente, que o que está para trás tem que ser regularizado porque houve uma Instituição que esteve a fazer pagamentos de serviço público, digamos assim. E, portanto, a informação dos Serviços está aí. Tem os pedidos de faturação incluídos. E, portanto, está aí tudo o que é a faturação e a parte processual, digamos assim. E, portanto, o que remete aqui é que a resolução dos problemas de pressão na rede de abastecimento de água de Carvalhal Redondo, uma vez que a cota do

reservatório de Carvalhal Redondo não permitia a existência de pressões satisfatórias na parte alta, foi necessário realizar uma pressurização da rede na saída do reservatório para garantir a pressão ideal na parte alta, e ainda reduzir a pressão na parte baixa para proteger a rede em baixa de pressões elevadas. Para realizar estas duas ações foram necessários os seguintes equipamentos: Um hidropressor e uma válvula redutora. Os equipamentos em causa foram instalados em julho de 2021, tendo-se verificado ser necessário um aumento de potência de energia para suportar os mesmos. Por forma a agilizar o processo procedeu-se à ligação de energia às instalações da Fábrica da Igreja da Senhora do Viso até se conseguir a potência necessária nas instalações do reservatório. Com esta situação provisória verifica-se um acréscimo de cerca de 3.590,19 euros até dezembro de 2022, no consumo da Fábrica da Igreja, conforme documentos em anexo. Mais informo que a previsão para a conclusão dos trabalhos de ligação nas instalações do Município é que esteja finalizado no decorrer do próximo mês de maio. Está aí o processo todo sobre esta questão, como tem que ficar. E, portanto, a proposta é, naturalmente, a Câmara autorizar que seja feito este pagamento, que se justifica, julga ele, Senhor Presidente e julga a Câmara. E acha que é consensual que seja feito este pagamento à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Viso. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria intervir. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ---
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que ia votar favoravelmente, naturalmente. É da mais elementar justiça. Havia dificuldades, na altura, com a pressão da água na rede. Foram colocados, como disse o Senhor Presidente, um hidropressor e uma válvula de retenção. Era necessário um determinado tipo de alimentação, Eles sabem como são essas questões com a EDP e com a E-Redes. E houve essa abertura da Fábrica da Igreja. E, naturalmente, é da mais elementar justiça que lhe seja ressarcida destes custos. Agradeceu ao Senhor Presidente. ------
---- O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Fernando Silvério. Deu a palavra ao Senhor Vereador Aires dos Santos. ----------
---- O Senhor Vereador Aires Manuel Antunes dos Santos, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que aqui, considerando que verificam-se estes valores até dezembro de 2022, 3.590,19 euros, mas, entretanto, os trabalhos só se vão finalizar no final do corrente mês. Perguntou como é quem era deste período de janeiro até agora. Tem que vir depois? ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Aires dos Santos que sim, que o procedimento tem que ser fechado até o final do ano civil. Depois de estar instalado, faz-se o acerto e vai até se fazer o acerto. Perguntou se mais algum dos Senhores Vereadores queria fazer alguma intervenção. Então, colocava à votação. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar um apoio no valor de 3.590,19 euros, à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Viso, de Carvalhal Redondo, como compensação das despesas pagas pelo consumo de energia elétrica com o funcionamento do Reservatório de Água de Carvalhal Redondo, referente ao período compreendido entre julho de 2021 e dezembro de 2022, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4732, datada de 12/04/2023, do Serviço de Obras Municipais e Oficinas, atrás descrita. ----------

## 5 – CONTABILIDADE

### 5.1.DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2022 E REMESSA DOS MESMOS AO TRIBUNAL DE CONTAS

---- Presentes os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022. -----
---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------
---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, relativamente à Prestação de Contas importa referir o seguinte: Eles refletem, naturalmente, os compromissos que este Executivo, quando se candidatou, um dos principais era criar condições para cumprir o Programa que eles apresentaram. Têm por norma não gastar aquilo que que não têm, ou gostariam de ter e nisto engloba os empréstimos. Os empréstimos de curto prazo é uma coisa. De longo prazo, é outra. Naturalmente, se o Executivo tiver meios para fazer face aos empréstimos nada disso influencia o dia-a-dia da Autarquia. Isto de gastar o que têm e o que não têm não refere a falta de ambição. Revela, realmente, aquilo que o Executivo tem de realidade para viver. E só assim é que o Executivo consegue partir para o futuro. Naturalmente que todos eles gostariam de fazer mais e melhor. Ir ao encontro daquilo que as pessoas, os Municipes, as Juntas de Freguesia, lhes pedem. Mas tem sido ainda difícil de satisfazer todas essas necessidades e todos esses pedidos. Quem os conhece sabe que não gastam aquilo que não têm. Se virem nos outros lados, veem, quer em casa, quer noutros tipos associativos, sempre foi esse o seu modo e não fugirão muito disso. Indo, então, em relação às Contas, ainda dizer que em 2022 as Contas ainda arrastam muito daquilo que vem de 2021 e de 2020, fruto, quer da pandemia, quer das obrigações que a Autarquia tinha e ainda tem. Tiveram uma redução do FEF, que no ano passado foi reposta uma parte, mas que não chegou para fazer face aos aumentos em termos de vencimentos. Dos custos com os juros, que são, neste momento, estão a ultrapassar já cerca de 100.000,00 euros este amo, no ano passado andaram à volta dos 30.000,00 euros. O aumento das matérias-primas, fruto da inflação, dos combustíveis, o lixo, as refeições escolares, os transportes escolares. Como podem ver aqui, têm uma rubrica também que foi, fortemente, afetada por alguns valores que vinham de trás, que tiveram que ser feitos pagamentos no ano passado e cabimentados e daquilo que este ano foi feito um novo contrato e que aumentou significativamente. Tudo isto fez com que a gestão que o Executivo teve, entende o Executivo, rigorosa, podem outras pessoas entender de forma diferente, fez com que o Resultado Liquido fosse positivo, cerca de 790.000,00 euros e que houvesse uma diminuição do Passivo Geral em 2.360.000,00 euros. Naturalmente que isto teve influência nas Contas e a dívida a curto prazo, principalmente, também foi bastante afetada, afetada no bom sentido. Houve uma diminuição de 1.500.000,00 euros de dívida a Fornecedores. O Executivo trabalhou este ano principalmente para esse objetivo e como foi dito aqui várias vezes, em junho vinham com pagamentos em atraso e foi sempre dito que o que contava era o final do ano e assim se refletiu. Na questão da Prestação de Contas, no Relatório, importa referir, portanto, por aquilo que o Executivo pode evidenciar, em termos de rácios financeiros e orçamentais, todos eles melhoraram. E isso, prova, realmente, a situação financeira de uma Autarquia, de uma casa, de uma empresa, quando eles melhoram as coisas estão melhores. Não quer com isso dizer que se possa fazer grande coisa porque isso se vier de trás com dívida nada disso depois pode ser refletido em termos de valores, porque não é de valores que estão aqui a falar, estão aqui a falar em situações contabilísticas. Na Receita, o Executivo teve aqui um valor das Receitas Correntes de 99% que foi executado. Nas Receitas de Capital 17%. E no total da Receitas Orçamentais foram 64%. Nas Despesas Correntes tiveram 84%. Portanto, gastaram menos do que aquilo que receberam. E nas Despesas de Capital tiveram 34%. Gastaram mais do que aquilo que, eventualmente, tinham recebido. No total, dá 60%. No Equilibrio Financeiro e Corrente, conforme também aqui foi dito algumas vezes, estavam preocupados, cumpriu-se, naturalmente, numa parte com 2.100.000,00 euros, já com a amortização dos Passivos, foi para 1.300.000,00 euros. Na situação da evolução da Despesa verifica-se que a Despesa com o Pessoal é aquela que tem mais influência no que diz respeito às Contas municipais. Estão aqui a falar de 2021 pra 2022, também fruto daquilo que foi a integração dos Funcionários da Educação no Município foi mais 1.100.000,00 euros, cerca de 80% é referente a Funcionários das Escolas e o resto é referente a aumentos e consolidações com o Pessoal. A Aquisição de Bens e Serviços também aumentou cerca de 600.000,00 euros, muito reflexo também daquilo que ele, Vereador Artur Ferreira, disse há pouco, da evolução

dos custos com os Bens e Serviços que tem em termos de matérias-primas, em termos de bens de manutenção do edifício, o custo de energia, fez com que esse valor aumentasse. Nas Transferências Correntes também aumentou cerca de 100.000,00 euros, que tinha diminuído no anterior, mas tem a ver também com aquilo que vem dos Ministérios para fazer essa face à despesa depois com o Pessoal. Nos transportes, como disse, nos transportes rodoviários tiveram um aumento de 272.000,00 euros para 950.000,00 euros. Foram valores que vinham de 2021 e de 2020, que foram cabimentados em 2022 e fruto também do novo contrato que foi feito em 2022 para o transporte escolar e não escolar, com o parque. A estrutura dos rácios, como ele disse, todos eles evoluíram favoravelmente, o que lhes dá uma solvinidade, quer da Câmara, com mais possibilidade, em termos de futuro, para fazer face áquilo que vem em termos de Quadro Comunitário. Na Demonstração de Resultados é evidente que se prova essa melhoria em todos os aspetos. Não há aqui uma significativa diferença daquilo que diz os rácios, digamos assim. E, por isso, neste momento, o que lhe apraz dizer, fruto também daquilo que vinham dizendo ao longo do ano, não é como começa, ou como corre, é como acaba e aquilo que aconteceu foi que, se o Executivo tivesse feito aqui, como foi feito, por exemplo, em 2021, uma antecipação, por exemplo, de um duodécimo do FEF, o Executivo não teria pagamentos em atraso em junho de 2022. Não foi essa a forma de pensar deste Executivo. Foi totalmente diferente porque isso iria faltar mais à frente e também porque não resolvia a situação financeira da Autarquia. Tem uma melhoria em todos os níveis. Depois, também logo na Assembleia Municipal será analisado também o Relatório dos ROC,s. Segundo eles, só irá. Já o entregou. Também já esteve a dar uma vista de olhos e realmente, só reflete aquilo que foi feito no Relatório de Gestão por parte dos Serviços. E o que eles têm hoje é uma Câmara mais estável financeiramente, ainda não orçamentalmente, mas financeiramente sim. E a caminhar para que a parte da Tesouraria também seja possível restabelecer. Só a talhe de foice, que o deixassem só dizer, não está cá muita gente, mas acha que era importante dizerem isso. Por exemplo, eles, quando tomaram posse em 2021, em outubro de 2021 eles tinham uma dívida a Fornecedores, por exemplo em junho era 248.000,00 euros; julho, 512.000,00 euros; agosto, 609.000,00 euros; em setembro, 243.000,00 euros e outubro, 49.000,00 euros. Depois, por exemplo, em fevereiro de 2022, já há aqui um período de 4 meses, eles ainda tinham em julho, 39.000,00 euros; agosto, 139.000,00 euros; setembro, 335.000,00 euros; outubro, 459.000,00 euros; novembro, 654.000,00 euros; dezembro, 500.000,00 euros e não foi, de certeza, com faturação deste Executivo. Portanto, o quer dizer é que além de 1,5 milhões de euros que foi a dívida a curto prazo reduzida no ano passado, falta também falar daquilo que foi pago ainda da dívida. Não é só a amortização desse valor. O valor global em 31 de dezembro é um. Em 31 de dezembro de 2022 é outro. Mas, pelo período, foi preciso pagar cerca de 4 milhões de euros de faturação, que estava regularmente cabimentada e que foi preciso pagá-la. Ele, Vereador Artur Ferreira, já o disse várias vezes aqui, é uma forma de trabalhar, cada um entende como tal. Mas, além disso, depois ainda têm 1.300.000,00 euros que não estavam cabimentados, nem com faturação regularmente estável e que está a aguardar da parte da Inspeção Geral de Finanças a sua verificação. ----------

---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores quem se queria inscrever. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, antes de ir aqui a algumas considerações mais substantivas e até fruto do que disse aqui o Senhor Vereador Artur Ferreira e começa a

perceber o raciocínio dele em termos de gestão, ele, Vereador Fernando Silvério, gostaria de falar aqui em termos mais formais, digamos assim, acerca da Conta. Acha que devia haver mais rigor na Conta, quer na apresentação, porque a Conta contém alguns erros. A Conta de Gerência são muitos documentos, naturalmente, para analisar. Eles tentam analisá-los todos. Naturalmente, a análise que aqui se faz, mais do que técnica é até mais política porque em termos técnicos é preciso dirimir aqui todos os números, naturalmente. Mas não podia deixar de dizer isto porque verifica aqui que a Conta contém aqui algumas imprecisões, omissões e também erros. E uma questão inicial, aqui na página 3, cita aqui a Lei, naturalmente, para a admissão desta Conta e cita aqui o POCAL, das considerações técnicas do Decreto. E depois que: Elaborou-se o presente Relatório de Gestão relativo à Conta de Gerência de 2021, de acordo com o POCAL. Será que é de acordo com o POCAL, ou com a SNC-AP? Pensa que contém aqui um erro. Pediu, por favor, para não enviarem isto para o Tribunal de Contas porque senão o enquadramento legal da apresentação das Contas está errado. E não só um lapso. Estão a falar de um dos documentos mais importantes do Município que é a apresentação de Contas. Por isso, logo aqui na introdução é aqui invocada uma Lei que não reflete a obrigatoriedade, ou, pelo menos, esta questão da Prestação de Contas. Não é esta a Lei. Ele, Vereador Fernando Silvério, gostaria, até por uma questão, para que o Município não passasse por isso e que o Tribunal de Contas não enviasse esses remarques, que isso fosse alterado porque não é este o enquadramento legal para a Prestação de Contas. Daí a questão do rigor, mas, bom. Mas vão, então, às Contas. Se eles forem ver, porque o Senhor Vereador Artur Ferreira durante muitas vezes referiu que houve uma diminuição do FEF, das Receitas e por aí adiante. Ele só queria recordar aqui, começando pela Receita, o Senhor Vereador Artur Ferreira, por aquilo que lhe parece e ele, Vereador Fernando Silvério, não tem aqui os dados de 2020, mas parece-lhe que, por exemplo, o aumento do FEF, houve um aumento no FEF. Ele queria-lhe mostrar e só na execução da Receita e depois já lá vão ver essa questão, esse volume que aí tem do valor da Despesa Corrente de onde é que ele vem e como é que ele foi aplicado. Mas na questão da Execução da Receita, do Imposto Municipal sobre Imóveis a Câmara arrecadou 1.246.264,48 euros. Na Derrama, relativamente a 2021, naturalmente, 476.132,70 euros. Nas Transferências Correntes, que depois já lá vão, mais de 7 milhões de euros. Nas Transferências por conta da Transferência de Competências, na parte da Educação, têm 1.072.696,00 euros. Acabou o Senhor Vereador Artur Ferreira por dizer que 80% disso foi para ordenados, já vão falar acerca disso, foi para ordenados. Na água, 827.245,00 euros. Nos Resíduos Sólidos 566.178,79 euros. E no Saneamento, como eles já tinham ressalvado isso quando foi a apresentação do Orçamento para 2022, que o valor estava inflacionado e os Senhores diziam que não, na rúbrica do Saneamento, estava previsto cobrarem 550.000,00 euros e, efetivamente, cobraram 200.000,00 euros. Só para eles terem ideia também o que é que perspetivaram e em que moldes e qual a intenção deste Executivo. Perspetivaram uma Receita de 550.000,00 euros, receberam 200.000,00 euros, quando todos os indicadores já o referiam. Relativamente, também a algumas imprecisões, algumas até são lapsos, outras são mesmo erros. E como o Senhor Vereador Artur Ferreira bem falou, na Execução global do Orçamento, ele diz muito bem, que o grau global das Receita foi de 66% de Execução e o da Despesa de 65%, que era uma crítica que era feita sempre pelo Senhor Presidemte, então Vereador, que tem a ver com os 85% de arrecadação de Receita. Também não atingiram esse objetivo. Mas pior que isso tem aqui nas Receitas de Execução, nas Receitas de Capital, uma execução de 16%, 16%. Agora, têm aqui um novo Mapa que já não é 16%, é 17%. Ora, isto, naturalmente, significa uma coisa logo à partida, que não houve, ou que houve uma grande diminuição no Investimento de Capital, na Despesa de Capital. Na Receita de Capital 16%. Bom e eles vão continuando e eles, aqui, na Demonstração de Equilibrio Corrente e veem aqui um mapa na página n.º 10 e veem que na Despesa Corrente, que todos eles sabem, exceto o ordenado dos Funcionários, naturalmente, é aquela Despesa que é mais dificil cortar no Município. É aquela que, em termos de gestão, é a mais dificil cortar. É mais dificil suprir. E o Município tem aqui um aumento de 1.9 milhões de euros, grosso modo, na Despesa Corrente de 2021 para 2022. E, então, vão à Despesa com o Pessoal no Quadro XIII. Em 2021 foi de 4.424.598,00 euros e em 2022 foi de 5.538.499,00 euros. Mas o maior aumento, porque

a Despesa com Pessoal é dificil, é dificil gerir isto, naturalmente. Depois já irão nas Avenças e nessas coisas todas, já irão falar nisso. Mas, concretamente, aos Mapas, coisas pragmáticas, as Aquisições de Bens e Serviços aumentaram 600.000,00 euros, 600.000,00 euros, mais uma vez, que é uma rubrica extremamente dificil de baixar, senão manter, baixar. E os Senhores aumentaram. E se forem ver à Conta de 2020 para a Conta de 2021 essa rubrica teve uma diminuição. Teve uma diminuição porque foi feito um esforço nesta rubrica Aquisição de Bens e Serviços. Enquanto os Senhores, de 2021 para 2022 tiveram um aumento de 600.000,00 euros. Continuando, no Quadro, na página 18, nas variações das rubricas gerais da Demonstração de Resultados e já lá vão à Demonstração de Resultados e ele, Vereador Fernando Silvério, pode estar errado e se estiver, por favor, corrijam-no. Onde diz: Resultado Liquido do Exercício tem aqui um valor negativo de 1.566.000,00 euros. E depois tem aqui em 2022, o tal Resultado Líquido, depois já irão falar acerca das Provisões e dos Deferimentos, os tais 788.000,00 euros, por aí adiante. E a seguir tem uma variação negativa. Aqui seria variação negativa, ou positiva? ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que é negativa porque abateu no Passivo. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério perguntou-lhe, então, qual eram em cima as Provisões. Então, Provisões, 1.355.000,00 euros. Agora, está zero. Tem uma variação negativa e em baixo, o oposto, tem negativa. Exatamente, tem uma variação negativa.----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que na Provisão tem menos 100. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Exatamente, é uma variação negativa. Aqui em baixo, nem sequer está lá. Então, cá em baixo, 1.375.000,00 euros é o oposto. Não é oposto? Não deveria ser positiva? Pediu desculpa ao Senhor Vereador Artur Ferreira, mas que passou de menos para mais. Logo é uma variação positiva. Não? Então, gostaria que lhe explicasse isso. E, então, vão à Receita, uma coisa que é, extremamente importante, na sua opinião, que tem a ver com a Execução de Receita de Capital, nomeadamente da Despesa de Capital. Na Despesa de Capital subentende-se Investimento. E na Receita de Capital, como ele referiu há bocadinho, têm aqui 1.737.194,00 euros. O que é que isso pressupõe logo? Que houve menos investimento. Porquê? Porque, como houve menos investimento, as obras estão paradas, as fontes de financiamento, o financiamento não chega ao Município. E todos eles veem obras que estavam financiadas e aproveitando aqui as palavras do Senhor Vereador Artur Ferreira que diz que pagaram faturas de obras. É natural. Havia obras em marcha e como diz, estavam cabimentadas. Mas esqueceu-se de dizer uma coisa: E financiadas. Esqueceu-se de dizer isso. Estavam cabimentadas e financiadas. Então, agora, as obras estão a decorrer, chegam as faturas e não queria pagar as faturas? Não sabe qual é o raciocínio do Senhor Vereador Artur Ferreira lógico disto. Se estavam cabimentadas e financiadas, chegam as faturas, não tem que pagar? Bom e só aqui em jeito de talhe de foice, quando o Senhor Vereador Artur Ferreira fala nos duodécimos, isso é verdade. Mas foram repostos até ao final do ano. Até ao final do ano é reposto. É reposto até ao final do ano. Mas, até ao final do ano, depois essa margem é comida às transferências do FEF, como é óbvio, para repor. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que receberam menos. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que era óbvio. Mas até ao final do ano estava previsto receber 7 milhões de euros do FEF, até ao final do ano é aquilo

que vai receber. Depois o Senhor Vereador Artur Ferreira explicará melhor do que ele. E também só para dizer o seguinte na questão da Execução também, que é importante o grau de execução orçamental, naturalmente, porque, por vezes, não é só arrecadar Receita, mas é executar Despesa também. E executar Receita também, como é óbvio. E eles têm aqui na Despesa Corrente 104%. Ou seja, a execução é superior à corrigida e tinham ainda uma execução ainda superior. Mais: Também gostaria que corrigissem aqui esta data porque ele, Vereador Fernando Silvério, pensa que não está correta. São várias que não estão corretas. Pedia essa atenção. Por isso, dirigindo-se ao Senhor Vereador Artur Ferreira, como lhe disse, isto é mais uma análise política em termos daquilo que eles acham da estratégia e dos objetivos, que ele acha que não há muita estratégia, mas isso é a sua opinião, naturalmente. Como ele já referiu noutras reuniões, se houvesse uma estratégia do Executivo com os objetivos, eles poderiam concordar, ou não, mas havia uma linha. Mas não vê isso. E, como é óbvio, há estes 788.000,00 euros, pensa ele, Resultado Líquido, porque estão a falar de Balanço e de Demonstração de Resultados e fala-se que no anterior ano que houve um valor negativo de 1.300.000,00 euros, ou 1.500.000,00 euros, por aí. É natural porque foram lá colocadas Provisões, no Balanço, estão lá dois milhões duzentos e qualquer coisa mil euros, que ele não é especialista, não é jurista, que pensa que essas Provisões não deveriam ter sido Contingentes. Não vai agora discutir isso. Mas não sabe se, em vez de Provisões, não seriam Contingentes. Mas há uma questão que ele, Vereador Fernando Silvério, tem aqui e que, naturalmente, o Senhor Presidente, ou o Vereador Artur Ferreira, lhe vão responder, que tem a ver aqui na Demonstração de Resultados. E na Demonstração de Resultados, como ele estava a referir, tinha aqui em 2021, as tais Provisões que aos Senhores Vereadores nunca enviaram qualquer documento que justificasse. Colocaram cá Provisões 1.368.065,35 euros. Bom, naturalmente, que em termos contabilísticos, para este ano de 2022, não estão cá, não as colocaram cá. Mas estão aqui 207.034,21 euros, Rendimento. E, antes de continuar ele gostaria de saber o que são estes 207.034,21 euros, se lhe fosse possível. Muito bem. Então, continuando, até para que haja aqui alguns esclarecimentos. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa também têm aqui Juros e Rendimentos Similares, 29,00 euros. Mas se eles forem ver aos Anexos e nos Dividendos, aqui no Fluxo de Caixa não tem cá nada. Mas se for aos Anexos têm cá 6.153,49 euros. A sua questão que coloca: Eles não deveriam também estar contabilizados aqui? Daí, volta a falar na questão do rigor neste tipo de documentos que apresentam. E, por agora é tudo. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, pronto, só duas, ou três situações, então, para também dar aqui umas notas, que acha que entende o que diz o Senhor Vereador Fernando Silvério. Fica satisfeito por aquilo que apontou. Nas Contas há este lapso aqui que, realmente, ele tem razão, num Quadro que foi mal enviado, mas já está retificada essa situação. Na questão do POCAL ainda se aplicam também o POCAL. Não se aplica só o SNC-AP. Ainda se aplica o POCAL. E, como o Senhor Vereador Fernando Silvério há-de ver também no documento que foi enviado pelos ROC,s, fala também na situação do POCAL. Sim, mas ainda está em vigor. Pode ser elaborada também nestes termos. Ele, Vereador Artur Ferreira, acha que, começando pelo princípio, que disse que já entendia qual era o seu raciocínio, a gestão e que não tinham estratégia. Acha que a estratégia está feita. É criar condições para porem em prática aquilo que se comprometeram fazer. E só com uma gestão rigorosa conseguem fazer isso. O Senhor Vereador Fernando Silvério falou também no IMI e na Derrama. Ele, Vereador Artur Ferreira, não entendeu o que é que queria falar com o IMI e com a Derrama porque os Impostos Indiretos aumentaram realmente. Mas foi fruto da iniciativa privada. Foi o IMT que aumentou. Não foi o IMI e a Derrama. Portanto, o que aconteceu este ano, fruto também do que aconteceu em dois anos, ou no ano passado, que vinham ainda ao abrigo do COVID-19, que não havia tanto movimento em termos de transacções, o ano de 2022, nesse aspeto, foi bastante melhor, porque a Derrama ficou igual. Aliás, a Derrama ainda baixou 14%. O Imposto Municipal Sobre Imóveis aumentou 1%. Portanto, não é significativo. Na questão também das obras daquilo que o Executivo fez os pagamentos, elas estavam cabimentadas, é

certo. Não havia era Tesouraria para fazer pagamentos. Não havia Tesouraria. Mas isso é uma coisa normal. Ele pode mandar fazer as obras que quer mandar fazer. Por exemplo, pode mandar fazer os passeios da Lapa do Lobo por 120.000,00 euros. Apresentarem a fatura em dezembro e os passeios foram feitos em julho. Pode fazer isso. Sobre a iluminação de Natal podem falar à vontade, à vontadinha. Na iluminação de Natal podem falar à vontadinha. Mas o Senhor Presidente melhor falará também. Na iluminação de Natal podem falar à vontadinha. Ele, Vereador Artur Ferreira, não fala sobre essa situação. Não está assim para isso. Há essa situação, como há outras. Mas ele já o disse aqui. Se é uma questão de gestão, podem condenar, mas é uma questão de gestão. Ele não quer fazer isso. Mas qual é a Câmara, a nível nacional? Para aí 90% das Câmaras, no último ano de mandato, fazem isso. Mas ele critica e continua a criticar. Há uma perspetiva de vencer as eleições e depois, quando vierem, fazem o pagamento. Ele não está a dizer que isso é ilegal. Nada disso. Agora, neste caso aqui, calhou a este Executivo fazer os pagamentos. A verdade é essa. E de 2020 para 2021 aconteceu isso, como outras. O duodécimo, o duodécimo funcionou é ao contrário. O Executivo recebe por mês cerca de, neste momento, 500.000,00 euros, por exemplo. Se antecipar um duodécimo, durante os outros 11 meses retiram aquele valor. Em vez de receberem 500.000,00 euros, em janeiro receberam 1.100.000,00 euros. Mas, depois em fevereiro já receberam a dedução daqueles 500.000,00 euros que receberam antecipadamente. Portanto, durante um ano vão receber, ou recebera menos 30.000,00 euros, ou 40.000,00 euros por mês que podem fazer falta para fazer pagamentos. É o que ele está a dizer. E, por exemplo, o Executivo tinha 500.000,00 euros, era aquilo que tinham em duodécimos e em julho limpavam isto e resolvia a situação. Mas não era isso que lhes interessava. Interessava era outra forma de fazer as coisas. Ele vai verificar isso, mas a questão das Provisões, ele vê ao contrário, quando se retira a Provisão diminuiu 1000%. Se diminuiu, quer dizer que devia ser um valor positivo, mas não, é ao contrário. Se diminuiu, há menos 100% de Provisões para este ano. É o contrário do que está aqui. Há uma coisa que o Senhor Vereador Fernando Silvério pode ter a certeza. Se calhar, se tivesse passado melhor os olhos, ele, Vereador Artur Ferreira, ou, se calhar, o Executivo, por isto, se calhar tinham detetado esses erros. Como o Senhor Vereador Fernando Silvério pode ver, aquilo que lhes fazem é aquilo que o Executivo manda. Não têm razão para desconfiar de quem lhes faz as coisas. Estão aqui transparentes. Se calhar, aquilo que aconteceu em junho não pode ser feito, se calhar, também, naturalmente, mas até, podiam telefonar aos ROC,s e dizer: Olhem, temos aqui 900.000,00 euros, púnhamos aí isso. Se calhar até podia ser feito isso. Não sabe se pode ser feito isso. Mas não é assim que eles funcionam. E acredita e tem que pedir desculpa porque, realmente, há essas falhas aí. O Quadro é bastante importante e há essas falhas. Isso é verdade. Se calhar, para o próximo ano terão que ter outro tipo de atenção e acreditar que não lhe faltam coisas. Ele, Vereador Artur Ferreira, só passou uma vista de olhos pelo Relatório dos ROC,s e acho que logo, se tiverem oportunidade de falar sobre ele, ainda vai ser mais importante e acha que, realmente, consogra aquilo que está na Prestação de Contas que foi feita pelos Serviços e consolida aquilo que foi feito. Em termos da Execução, ele vai ver essa situação dos dividendos, não sabe dizer. A parte das Provisões que está no Anexo. Foi uma crítica que no ano passado lhes fizeram, que não estava lá e bem. Este ano têm lá isso. Do ano passado para este ano há uma redução das Provisões porque, entretanto, chegaram-se a Acordo com algumas Instituições para fazer os pagamentos. Por isso é que também há essa redução nesse valor e é inferior este ano. E também porque no ano passado é certo que não estavam no Anexo a informação sobre as Responsabilidades Contingentes. E são duas coisas: Responsabilidades Contingentes são

responsabilidades sobre aquilo que o Executivo tem de processos. Processos judiciais é uma coisa. Responsabilidades Contingentes é outra. E as Responsabilidades de Provisões é outra. São os que estão ainda em Sindicância, que o Executivo não sabe o que é que pode dar. O Executivo teve que pagar esses valores que fez em termos de acordos que fizeram. Um até veio aqui a reunião de Câmara do que vinha de 2013. Se se imagina que a Auditoria da Inspeção Geral de Finanças nem olha para isto e diz que o Executivo que tem que pagar isto, o Executivo vai ter que os pagar de um momento para o outro. As pessoas vêm cá e não vão estar à espera. Já estão à espera há muito tempo. E o Executivo vai ter que arranjar 1.300.000,00 euros para pagar. Portanto, havia essa crítica no ano passado e é verdade. Este ano têm cá essas informações todas no anexo. Fez questão que isso ficasse lá e tinha que ficar. Em relação à Execução é um bocado ao contrário do que diz o Senhor Vereador Fernando Silvério. E também a favor dele fala. A favor dele fala. Este ano o Executivo teve uma Receita, das Receitas Correntes e Despesas Correntes, fruto também muito do que é a massa salarial da Autarquia, é dificil, efetivamente, mexer nestes próximos anos. Houve aqui e se vierem para trás, em 2014, 2015 e 2016, era totalmente diferente. Aumentou 2 milhões de euros em cerca de 8 anos. Portanto, é o que eles estão aqui a falar. Cerca de 1 milhão de euros para a parte da Educação e 1 milhão de euros para a parte da Autarquia, sensivelmente. Acha que é mais, ou menos, isso. É mais, ou menos, metade, metade. Nas Receitas de Capital, efetivamente, este ano tiveram 17%. As Receitas de Capital podem ser através de empréstimos, podem ser através dos Fundos Comunitários que vão buscar para aplicar nas obras. E são estas as duas formas de fazer Receitas de Capital. Mas, no entanto, houve uma Despesa de Capital, que é a execução das obras, de 34%, o dobro. O que quer dizer também que, dá um exemplo, do Mercado. O Mercado tinha uma parte comparticipada e uma parte não comparticipada. E a parte não comparticipada era 15%. Era, sensivelmente, acha que eram 500.000,00 euros do Mercado, pronto, 70.000,00 euros. Mas, fora isso, depois houve os Trabalhos a Mais que foram cerca de 250.000,00 euros. E isso é Despesa de Capital. E não houve, realmente, Receita de Capital. Teve que se pagar do Orçamento Municipal. Mas também em 2021 houve Receita de Capital de 29% e 39% de Despesa de Capital. Portanto, houve também superior a isso. Em 2020 já foi ao contrário, 39% para 36% de Despesa. Mas, depois em 2019 e 2020, que houve aqui um incremento em termos de empréstimos, houve 35% de Receita e 80% de Despesa. E em 2016 então é significativo, 2016 e 2017, houve 39%, por exemplo em 2016 de Receita de Capital e 71% de Despesa de Capital, o que quer dizer que o Orçamento Municipal e, se calhar, fruto disso, também pode ter a ver também com as consequências em termos de Resultado Líquido da Autarquia. E em 2017, a mesma coisa, houve 17% de Receita de Capital e 49% de Despesa de Capital. Portanto, o não haver Receita de Capital não quer dizer que não se faça obra e que não se faça investimento. Naturalmente que vai sair de algum lado. Sai do Orçamento Municipal. É o que eles estão aqui a falar. E quando eles estão aqui a falar nesse sentido que passa dívida de 2020 para 2021, de 2021 para 2022, tudo isso influencia. E muita dela é de investimento. ---------- O Senhor Presidente afirmou que no que é, eles estão a falar por exemplo da questão da reutilização da água, se o projeto, eventualmente. Não se joga com os eventualmentes, mas estão a falar de umas execuções que têm a ver com um projeto que se vier a ser consignado, ou se tivesse avançado, está rubricado, está orçamentado e não foi realizado nada da reutilização de água, entre outro, a Área de Acolhimento, ou de outros investimentos. O que eles estão a falar aqui é que a Despesa de Capital é superior, o que evidencia que houve obra na mesma, à custa foi do Orçamento Municipal, nomeadamente na conclusão de obras que tinham comparticipações inferiores e que houve revisões de preços acima, claramente, da média e se calhar, dimensionados da mesma maneira. Foi falado do Mercado Municipal, mas podia-se falar até do próprio Reservatório da Água, podia-se falar do CRO, entre outros investimentos. Dizer que há aqui duas, ou três notas que é preciso, se calhar, falarem um pouco também sobre elas, que é o valor inflacionado na área do Saneamento e porquê o diferencial. É bom lembrar que quando eles fizeram, havia aqui e há a obrigatoriedade da taxa de recuperação da água e saneamento. E o ónus grande que havia na atualização do tarifário, era t na questão do saneamento e não tanto na questão da água, até por causa da questão da

reutilização da água. E havia valores iniciais que eram previstos. E depois houve valores, atenção que a taxa de recuperação era um valor que podia ser superior a um valor que ficou de 90%. Aqui não é a questão do inflacionado. O Orçamento, como o Senhor Vereador Fernando Silvério sabe, tem que acautelar no limite, o custo estimado, mas isso não quer dizer que seja o orçado. Inclusivé, a própria aplicação do novo tarifário foi adiada. Ou seja, ao sendo adiada, o retorno do que havia na Receita não é a mesma que está na Despesa. Falaram aqui no aumento da Despesa Corrente, no aumento da Despesa Corrente, até na intervenção do Senhor Vereador Fernando Silvério que acabou por falar sobre ela. Muita dela, da aquisição da Despesa Corrente tem a ver com questões derivadas dos aumentos exponenciais do que está plasmado até no próprio Relatório. Acha que o Senhor Vereador Artur Ferreira começou por falar nisso e depois acha que até não falar nisso, mas está no próprio Relatório, até com a Aquisição de Bens, como falou. Eles estão a falar nos custos com iluminação que aumentaram exponencialmente. Para ficarem com uma ideia, eles fizeram contratos de 3 meses com a E-Redes, o que era uma coisa que era impensável há um ano atrás, se calhar. Estão a falar de custos grandes com até com a água, mesmo na sua aquisição, com os aumentos que houve. Estão a falar no gás dos próprios Equipamentos Municipais. E, portanto, sim, isso é a Aquisição também de Bens e de Serviços e aumento da Despesa Corrente de muito que tem a ver com o aumento da Despesa com o Pessoal. Dizer que há aqui duas Despesas claramente. A primeira tem a ver com a atualização, três questões, uma com a atualização que houve, que o Governo é bom a dizer que tem que se fazer as melhorias salariais, de equiparar os ordenados, de até o que são os Quadros Superiores com posicionamentos, mas depois a contrapartida financeira não vem e quem tem que custear isso é o Orçamento Municipal. A segunda questão, eles estão a falar também na consolidação que houve de mais 28 Funcionários da Autarquia. E, depois, claramente, o impacto que també teve grande a questão que tem a ver com a Delegação de Competências e com o número de Funcionários que houve. Há outra variação que também é importante também falarem nisso. No que é o Pessoal afeto das contratações para as Escolas. Neste momento, estão com números superiores ao período pré-COVID-19. O que não era expectável ser assim. E também muito, porquê? Porque tiveram, já falaram aqui, um aumento de alunos com Necessidades Educativas Especiais e a DGESTE, pura e simplesmente, a comunicação que, trouxeram-na até, inclusivé, aqui, o que disse é que não há dotação orçamental, os Municípios que procedam em conformidade. Literalmente, desresponsabilizou-se e lavou a mão como Pilatos. E todos estes aumentos de custos, mesmo deste Pessoal e mesmo do Pessoal que é do Quadro do Ministério da Educação, têm custos repercutidos. Neste momento, o Executivo vinha aqui falando que o hiato entre o que recebe e do que paga, estava nos 65.000,00 euros e agora superou os 85.000,00 euros. Estão a caminhar a passos largos para um diferencial de 100.000,00 euros. E o Executivo tem que os pagar na mesma porque não se pode dar ao luxo e não pode mesmo, naturalmente, de dizer aos Funcionários que, apesarem de serem da Transferência de Competências, agora não há pagamento porque não houve a transferência do Ministério. Não é compreensível da parte deles, como é óbvio. O que, nas Transferências de Competências também, se calhar, uma linha para acontecer isto que acontece. Estão a falar, num ano, não é de um valor qualquer. Estão a falar de 85.000,00 euros. E, estão a falar, depois, inclusivé, com as dificuldades grandes que houve, mesmo nos Quadros dos Transportes Escolares aumentou também, exponencialmente, a comparticipação da Autarquia e das refeições escolares onde tiveram que aumentar. A comparticipação melhorou razoavelmente, mas não acompanhou, nem de longe, nem de perto, o que o Executivo teve que fazer. Inclusivé, ainda há bem pouco

tempo, a empresa que ganhou já pediu, inclusivé, Revisão de Preços. Muito do que é esta Aquisição de Bens e Serviços reporta-se a isso e está aí também, devidamente, elencada. Em relação às fontes de financiamento, o Executivo concorreu a todas as que estavam disponíveis naquilo que é priorizado. Porque é assim: Independentemente disso e nem vale a pena, para já, se calhar, levar para esse campo. O que é certo é que as candidaturas aos Centros de Saúde estão e foram aprovadas. Portanto, não foi desperdiçada linha de financiamento nenhuma. A Educação está em cima da Mesa. A reutilização, continua-se a batalhar por isso. Agora, nem todos os projetos, ou nem toda a exequibilidade é necessária. E quando tiverem que pôr alguma coisa em causa, ou se tiverem de pôr em causa o cenário de o que é o interesse público ser o limite do que é o esforço financeiro, com razoabilidade, fá-lo-ão, como fizeram com a reutilização da água, como farão, se tiver que ser, com as Escolas, ou com qualquer outro projeto. Como fizeram, por exemplo, numa comparticipação que havia no Elsa e Fabien que era de quase 70% e passar para 25%. Não é a mesma coisa. Como não é a mesma coisa o Executivo ter, naturalmente, uma comparticipação para os Centros de Saúde de 100% e, obviamente que é uma coisa ótima. Claro que vão ter a questão das Revisões de Preços. Mas, de qualquer maneira, o que é a comparticipação financeira, claro que é uma comparticipação financeira ótima. E, ele, Senhor Presidente, vê a linha estratégica, como disse o Senhor Vereador Fernando Silvério, que é discutível. Mas o Senhor Vereador Artur Ferreira acabou por dizer, precisamente, essa questão. Pode ser discutível, mas é assim: Eles têm uma Prestação de Contas do ano de 2022 que prioriza aquilo que eles vinham falando, que era tudo o que tinha ver com dívidas a curto prazo, nomeadamente, ser priorizada no sentido de alavancar a economia local e não permitir que houvesse disparidades grandes, em particular com Fornecedores do Município. Segunda questão, não menos importante também, é a questão de uma forma de estancar, digamos assim, algumas questões de Tesouraria que possam permitir fazer o que o Executivo se comprometeu com o que é o que sufragou com um Programa e assumido com as Juntas de Freguesia, apesar de não serem obras de grande dimensão, obras de proximidade que as próprias Autarquias consensualizaram com o Executivo. O FEF tem uma diminuição, sim. Não tem uma diminuição em relação ao corte que houve grande de 2021 para 2022. Agora têm um FEF que não tem o impacto que teve, mas continua a ser inferior ao que era há 2 anos. Aumentou porque tinham tido um corte de 600.000,00 euros do que era o habitual. O que eles estão a falar é que o FEF, que é um critério rigoroso. Houve Municípios que mantiveram. Outros que aumentaram. E, inclusivé, até nas regras do que é o financiamento que é ainda com o FEF, o Executivo, de um ano para o outro, quando entraram, tiveram uma diminuição do FEF de quase 600.000,00 euros. Claro que aumentou em relação ao corte brutal que teve, só podia. Aumentar em relação a um corte de 600.000,00 euros para cima é normal. Não foi é reposto o valor que era habitual de FEF. Portanto, sobre o inflacionamento do FEF, julga que a explicação é esta e é a correta. E, portanto, as Despesas Correntes, as Despesas com o Pessoal são derivadas de tudo o que eles acabaram também por exponenciar. Perguntou, antes de dar a palavra, se algum dos Senhores Vereadores, Senhora Vice-Presidente, Senhor Vereador Rui Marques, Senhor Vereador Aires Santos, também queria contribuir na discussão. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que também tinha um ponto prévio. Acha que não é correto estar a citar o Relatório dos ROC,s uma vez que não lhes foi enviado. Acha que não é correto. Inclusivé, ele acha que lhes devia ter sido enviado. Pediu desculpa, mas que tinha direito à sua opinião, até por duas razões: Primeiro porque está a ser citado aqui e não é justo. Não é correto numa discussão. E, segundo, é de legalidade duvidosa no sentido aquilo que o Senhor Vereador Artur Ferreira diz que só é necessário ir para a Assembleia Municipal. Bom, ele, Vereador Fernando Silvério, gostava de ter esse Relatório. É um Relatório dos ROC,s. E estão a citá-lo. Acha que, na sua perspetiva, não é correto. Segundo, não esquecer, mais uma vez e relembrar o aumento da Despesa Corrente de cerca de 2 milhões de euros. E, se falarem em salários, por causa das Transferências de Competências, estão a falar de 80% de um milhão de euros, que foi aquilo que a Câmara recebeu da Transferência. Está a falar só na Transferência

de Competências e o diferencial que o Município recebeu mais de um milhão de euros da Transferência de Competências, que pens que está na Execução da Receita, há um aumento n Despesa Corrente de 2 milhões de euros. E, se tirarem 80% de um milhão de euros, vão ficar com 800.000,00 euros. Mas ainda sobra 1.200.000,00 euros que houve de aumento na Despesa Corrente. Significa, para ele, um aumento enorme na Despesa Corrente. E pensa que deviam ter atenção a isso. E isso leva á sua próxima questão que tem a ver com a Transferência de Competências e porventura não é só neste Município. Mas, relativamente à Transferência de Competências, pensa que elas deveriam, em termos da Receita e da Despesa efetiva, deviam vir desagregadas, completamente desagregadas relativamente à Transferência de Competências. Ele está a dizer que, eventualmente, devia ser assim para todos os Municípios. Ele acha que devia, até internamente, o próprio Município, por duas razões: Primeiro, a nível interno, para controlar e monitorizar o que é que se está a passar. O Munícipio não pode estar a receber 100 e a pagar 200. E, pelas palavras que o Senhor Presidente lhe disse e estão a falar na Execução até 31 de dezembro de 2022, que há um deficit para a Câmara. Ou seja, foi dinheiro que a Cãmara teve que despender do seu próprio Orçamento e que não obteve Receita para isso do Ministério. E ele, Vereador Fernando Silvério, acha que para um próprio controlo também para esclarecimento dos Senhores Vereadores, pensa que poderia estar, ele não está a dizer que tinha que estar já neste momento no sentido que, porventura, em termos de mecanismo, não é necessário, mas ele acha que deveria conter. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que o que eles têm é assim: Há rubricas que são transferidas para a Câmara e vêm assim. O Executivo já pediu, inclusivé, já fez mais do que um ofício a pedir à DGESTE e à DGAL, que lhes possam enviar essa informação devidamente desagregada para um maior reporte. Mas o acompanhamento é feito à medida que tem com as rubricas. O que lhes permite, por exemplo, no que concerne à remuneração de Pessoal, saberem, realmente, o valor porque aquela rubrica é somente para pagamento para remunerações. Era só esta parte que, eventualmente, queria esclarecer. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério respondeu ao Senhor Presidente que sim, mas isto é porquê? Porque têm que fazer estas contas. Eles vão ver à Execução da Receita e estão lá transferências de 1.100.000,00 euros, grosso modo. E ele só soube que 80% desse valor, dito aqui pelo Senhor Vereador Artur Ferreira é para o salário dos Funcionários ligados à Área da Educação, na Transferência de Competências, de Despesas com o Pessoal. Ou seja, então ele tem que pressupor que todo o aumento que aqui está na Despesa com o Pessoal, que tem aqui um aumento de mais de um milhão de euros. Refere-se, sobretudo, da Transferência de Competências. O que quer dizer é que um milhão de euros, grosso modo, que foi transferido, foi todo consignado para pagamento de salários relativamente à Educação? É a sua questão. Porque há outras rubricas. Por exemplo, os edifícios e pensa que, na sua opinião, mais uma vez, devia haver uma desagregação, quer na Receita, quer na Despesa. ----------

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que o Executivo já pediu essa desagregação também. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que outra coisa também, ele não sabe, se o Senhor Vereador Artur Ferreira já explicou, ele, Vereador Fernando Silvério, não se lembra de ter ouvido, que tem a ver com estes 207.034,00 euros. Ele pressupõe que seja uma reversão, que sejam reversões, porque está cá como uma Provisão, ou melhor, como um Rendimento, porque teve que gastar para fazer uma Provisão e agora, ou porque chegou a

Acordo, ou porque pagou. E, daí a sua próxima questão: Estes 207.034,00 euros referem-se a que processos? Porque não vem aqui qualquer justificativo para este valor, qualquer informação que justifique estes 207.034,00 euros. ----------
---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Fernando Silvério que todos estes valeores foram votados aqui. ----------
----- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério continuou: Porque, naturalmente, vão ser honestos, deu muito jeito na Conta de 2021, entre aspas, colocar aqui nas Provisões 1.368.065,00 euros, em que ele sai aqui da DR mas passa para o Balanço. É isso que ele está a dizer. Mais e se calhar, um dia destes, pode-se ter que colocar essa questão, se deveriam ser criadas Provisões, ou deviam ser os Contingentes. Até porque elas são colocadas de forma diferente. Até pensa que há um Anexo onde são relacionados todos os processos. Estão lá enumeradas uma série de pressupostas dívidas da Câmara. É essa questão dos 207.034,00 euros que ele não vê aqui qualquer justificação para isso. Quais foram os processos e quais foram os pagamentos que a Câmara fez. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que há duas coisas que são importantes. É assim: Provisões e Contingentes têm a ver com a mesma necessidade de sempre estar devidamente consignado no Orçamento e na Prestação de Contas, depois, os valores das Responsabilidades da Câmara que não estão resolvidos. O que não invalida que tenham que estar, devidamente, elencados. Dentro das Provisões têm as Despesas Contingentes que têm a ver muito do que são e que o Orçamento tem que lá plasmar. O valor que está ali tem a ver com o que era o valor das Provisões, que deviam lá estar e o abate que foi feito a esse valor, que está aí consignado. Os 207.034,00 euros esmiuçados, o que é, essencialmente, esse abate, assim de cabeça, Macomax, Ricardo Figueiredo, Auto Mecânica Ideal, que são os Acordos que foram feitos. Foram todos votados aqui. Outros decorreram de sentença de Tribunal. Mas os outros são valores residuais e estão aí na mesma. Deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério.
---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que também não podia deixar de dizer o seguinte: Na sua opinião, acha que deviam vir cá explícitos os processos, até porque acha que vieram cá outros. Mas é de realçar que todos foram sentenças do Tribunal exceto uma. Pensa que, relativamente à Conta, também já disse a sua opinião, o que pensa, mas, só para terminar mesmo e verifica-se que ainda agora acabaram de aprovar um Orçamento e que cai por terra mais uma vez, já tem caído por terra, mais do que uma vez, o argumento financeiro que invocam sempre, porque se a Saúde financeira da Câmara fosse assim tão má como dizem, não tinham agora a capacidade de endividamento que a Câmara tem e então gostava de ouvir o Senhor Presidente acerca disso para o confrontar com aquilo que ele dizia. E com tudo isto, estavam a falar da questão da Saúde financeira da Câmara. Era isso que ele estava a falar. Mais uma vez cai por terra esse argumento e os documentos evidenciam isso, da situação catastrófica que diziam e mais uma vez, é o único argumento que evidenciam para no estado de coisas em que eles estão. Agradeceu a Senhor Presidente. -------
--- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Fernando Silvério, afirmou que, então, era assim: A sua coerência, pronto, independentemente das coisas, é assim: Não mudou de opinião, rigorosamente, uma vírgula. A capacidade de endividamento é uma coisa, os empréstimos excecionais, é outra e a terceira, independentemente de serem excecionados, ou não, têm que os pagar na mesma. Sejam derivados da capacidade de endividamento, ou excecionados, vão ter que os pagar. Portanto, só para dizer uma coisa que lhe parece, claramente, evidente. Mantém, rigorosamente, aquilo que pensava e não mudou uma vírgula. Vão ter que os pagar. Este, em particular, até tem uma particularidade que nenhum dos outros empréstimos tem. Com o tempo e, independentemente do hiato temporal que demora, vai-se pagar a ele próprio. Agora, mesmo que não se pague a ele próprio, porque os outros nem todos se vão pagar a eles próprios, tem que ser feito. Mas, pronto, recorda que em várias componentes, nomeadamente, em infraestruturas nacionais, que o Senhor Vereador Fernando Silvério fosse lá ver. Mas, também, se não se importasse, voltarão a isto, até porque o mandato ainda vai decorrer e eles, recorrentemente, falam disso e deixavam aqui a questão da Prestação de Contas. Deu a palavra ao Senhor Vereador Artur Ferreira até para, se quiser referir aquela questão que foi falada, que estivesse à vontade. ----------

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe dar o uso da palavra. Afirmou que, em relação à parte financeira, naturalmente que o Senhor Vereador Fernando Silvério dirá a sua parte. O Executivo dirá a sua. E, felizmente, os Serviços têm essa noção do que é a dificuldade financeira da Autarquia e alguns Fornecedores também, infelizmente. Agora, vai ver essa situação dos dividendos. Pronto, aqui não há nenhuma nota, tem que ver essa situação dos 6.000,00 euros. E dos processos, os processos, pronto, ele, Vereador Artur Ferreira, é o que diz: Acha que os documentos apresentados espelham aquilo que é a realidade da Autarquia sem qualquer influência por parte do Executivo. Naturalmente, que no ano passado havia essa falha. Foi o primeiro ano. Não sabiam. Pediram para colocar isso no Anexo, tal como está lá. Em relação a estes processos, também não o choca nada que estejam lá, mas, senão tinham que fazer outra coisa também que é, estes processos foram processos que foram decididos e foram pagos, neste caso, aos empreiteiros que tinham os processos com a Câmara. Por essa ordem de ideias, tinham também que ter aqui todos os Fornecedores que foram pagos durante o ano passado, para a diminuição da dívida. Se têm aqui um processo que foi abatido, há divida paga em termos de Fornecedores, também tinham que cá ter. Não está a dizer que não tenha que lá estar. Não é isso que está aqui em causa. E para mais transparência, se for essa a necessidade. Tem que ser. Foram pagos. Era só isso. Na questão das Provisões, ele, Vereador Artur Ferreira, também não quer ser mais do que os outros, nem nada. As Provisões são efectuadas para Despesas Contingentes. As Despesas Contingentes podem ter vários termos, podem ser de várias formas. Há as Despesas Contingentes que são com o processo executivo já. Há as Despesas Contingentes com processos administrativos, que é o caso das contraordenações e há as Despesas Contingentes que o Executivo faz como Provisões, que haviam de estar só mesmo como Provisões, que são aquelas que foram para a IGF. Recordar que, se fossem para, ele, por acaso, nem pensou nisso, em 2020, por acaso, foi uma questão engraçada. Desde 2014 até 2020 não havia Provisões na Câmara Municipal de Nelas sobre as despesas das faturas de 2013. Em 2020 voltaram. Cerca de 800.000,00 euros. O que quer dizer que, se calhar, foi para influenciar o resultado, porque aquilo que o Senhor Vereador Fernando Silvério. Ele, Vereador Artur Ferreira, acha que não porque têm que lá estar, do seu ponto de vista. Da mesma forma que aconteceu com uma fatura de água de Mangualde, que voltam a fazer referência os ROC,s, da situação dessa fatura. O Executivo não sabe como é que há-de resolver. O Executivo vendeu água a Mangualde e não tem água. Há esta dúvida ainda para resolver que tem que tratar. ----------

---- O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Fernando Silvério. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que ficavam, então, com, aquilo que o Senhor Vereador Artur Ferreira acha. ----------

---- O Senhor Presidente afirmou que era o que todos achavam e que, então, iam à votação. Perguntou se podia ser. Então, muito bem. ----------

---- Postos à votação os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2022 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foram os mesmos aprovados, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim Augusto Alves Amaral e dos Senhores Vereadores Elsa Maria Abrantes Loureiro Rodrigues, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Rui Pedro Silva Marques e duas abstenções dos Senhores Vereadores Fernando António Pais Silvério e Aires Manuel Antunes dos Santos, os quais deverão ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. ----------

---- O Senhor Vereador Fernando António Pais Silvério afirmou que era só mesmo para

dizer isso, que fará chegar a declaração de voto no tempo regimenta e e que, naturalmente, eles, enquanto estão aqui não farão como o Senhor Vereador fazia quando estava do outro lado que era votar contra as Contas de Gerência, pronto, da forma que foi. Agradeceu ao Senhor Presidente. ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Fernando Silvério tem estas coisas assim. Bem, deixam a conversa por aqui, mas depois dá uma bicada e volta outra vez à conversa. Mas, como o Senhor Vereador Fernando Silvério repara, é assim: Tem essa facilidade. Se quer falar do passado, agora, felizmente, toda a gente pode falar o tempo que quiser e ele, Senhor Presidente, nunca invocou aqui o Regimento para dizer que só têm. Invocou o Regimento para dizer o que está a dizer hoje, que poderiam fazer isso. Mas vai dizer outra coisa: Todos os Senhores Presidentes de Câmara dizem que no Período de Antes da Ordem do Dia distribuem logo o tempo à nascença e ficam a ver. Não está a dizer que está a fazer o correto. Está-lhe a dizer que todos os Senhores Presidentes dizem na CIM. Mais: No mandato anterior, o anterior Presidente da Câmara fez, rigorosamente, o mesmo em algumas reuniões também. É ver as atas. Que o Senhor Vereador Fernando Silvério fosse ver as atas. Tem muito trabalho. É verdade. Houve reuniões em que não os deixaram falar. Que fosse lá ver as atas. ----------
---- Posteriormente a esta reunião de Câmara, no dia 08 de maio de 2023, os Senhores Vereadores Fernando António Pais Silvério e Aires Manuel Antunes dos Santos, enviaram, via e-mail, a declaração de voto, que a seguir se transcreve: ----------
---- “Declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista ----------
---- Ponto 5.1 - Aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2022 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas ----------
---- Reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas de 27 de Abril de 2023 ----------
---- Na hora de prestar contas sobre o ano de 2022, continuamos a assistir ao anormal funcionamento desta Câmara que não consegue apresentar os documentos atempadamente, e completos (o relatório do ROC não foi disponibilizado aos vereadores), com erros e sujeitos a alterações de última hora, o que torna difícil uma análise técnica com rigor. ----------
---- Em Dezembro de 2021, os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se na votação do Orçamento para 2022, manifestando a vontade de contribuir no estabelecimento de compromissos para uma governação credível, sustentável e ambiciosa. No entanto, na hora de construir esse orçamento, os vereadores não foram chamados a dar os seus contributos, desrespeitando este executivo um dos mais básicos pilares da democracia local. ----------
---- Todavia, conforme manifestado nessa circunstância, tratava-se de um orçamento empolado e fantasioso, completamente desajustado da realidade. ----------
---- Estes procedimentos e estes documentos são mais uma confirmação do que foi a governação desta Câmara Municipal em 2022: instável, sem conteúdo e de um completo desalinho com as regras e procedimentos instituídos. ----------
---- A realidade da sua execução, como agora podemos cabalmente constatar, confirmou o que tínhamos referido. Os mapas são reveladores de uma taxa de execução diminuta, em particular nas receitas de capital, na ordem dos 16% o que representa uma taxa de execução da despesa de capital de somente 33%. Desta forma, e como se verifica, obras que tinham já financiamento garantido e em execução, mantiveram-se paradas no ano transato (e continuam!) sem qualquer explicação. Exemplo disso, são as obras na Área de Acolhimento Empresarial ou o CAVES, em Santar. De realçar, ainda, que também não foram cumpridos os compromissos assumidos com os presidentes de Junta de Freguesia no que diz respeito às obras de proximidade. ----------
---- Contudo, as despesas correntes aumentaram dramaticamente cerca de 20%, como na rubrica Aquisição de Bens e Serviços, cerca de 600.000,00 €, quando tinham reduzido em 2021. Relativamente ao grau global de execução das receitas e despesas, ele foi de 66% e 65%, respetivamente. ----------
---- De salientar a baixa execução das Grandes Opções do Plano, bem como do Plano Plurianual de Investimentos, demonstração inequívoca da incapacidade deste executivo de continuar os projetos e obras que estavam em curso, bem como garantir novas fontes de

financiamento e outros desígnios. ----------
---- Assim, o nosso voto na Prestação de Contas 2022 é de abstenção, porque comungamos da desilusão dos munícipes com este Presidente e com esta governação. ----------
---- No entanto, mantemos o sentido de responsabilidade com os munícipes, não deixaremos de apresentar ideias, projetos e alternativas, certos de que no resultado da nossa intervenção contribuiremos para um município mais justo, coeso e desenvolvido. ----------
---- Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Nelas ----------
---- Fernando Silvério. ----------
---- Aires dos Santos. ----------

## 6 – OBRAS PARTICULARES

### 6.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

### 6.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. Se algum dos Senhores Vereadores se quiser pronunciar sobre os pontos de que estão a falar, que dispusessem. --------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamento de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos no período compreendido entre 12 e 17 de abril de 2023, a qual fica anexa a esta ata, (Anexo I), fazendo dela parte integrante. ----------

### 6.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a alvarás de licenciamento/comunicações prévias/certidões de obras, emitidas no período compreendido entre 13 e 19 de abril de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. ----------

### 6.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado conhecimento. ----------
---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na referida Unidade Orgânica, no período compreendido entre 06 e 17 de abril de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. ----------

### 6.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA E LICENCIAMENTOS A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que os Senhores Vereadores tinham conhecimento do documento. Foi-lhes enviado o documento. Se tiverem algum comentário a fazer, que dispusessem. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicações prévias, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente, nos termos do art.º 71.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 13 e 17 de abril de 2023, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. ----------

## 7 - LICENCIAMENTOS DIVERSOS

### 7.1.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- O Senhor Presidente afirmou que era uma prerrogativa da delegação de competências no Presidente da Câmara. O documento está com os Senhores Vereadores. Portanto, se quiserem, eventualmente, falar sobre isso, ou tiverem alguma dúvida, que se sentissem à vontade. ------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros Regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. ---

### 7.2.LICENÇA PARA RECINTO IMPROVISADO - KARAOKE: MÚSICA AO VIVO, NO DIA 22/04/2023, DAS 22:00 HORAS ÀS 04:00 HORAS DO DIA SEGUINTE - LOCAL: SEDE DA ASSOCIAÇÃO, EM AGUIEIRA - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E DESPORTIVA DE AGUIEIRA - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS - DISCUSSÃO E RATIFICAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 4818, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares, referente ao pedido de isenção do pagamento das taxas municipais para Karaoke, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Aguieira, em que é requerente a Associação Recreativa, Cultural, Social e Desportiva de Aguieira, na qual se encontra exarado um Despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18/04/2023, que a seguir se transcreve: "No âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei 75/2013, de 12/09, que altera a Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atendendo à proximidade do evento, pelo carácter de urgência, defira-se a pretensão (isentar a taxa municipal). Este ato deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara Municipal.". ----------
---- O Senhor Presidente afirmou que o documento também está no conhecimento dos Senhores Vereadores. Se houver algum comentário, que dispusessem. ----------
---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o pedido de isenção do pagamento das taxas municipais referentes à licença para recinto improvisado para Karaoke, com Música ao Vivo, no dia 22/04/2023, das 22:00 horas às 04:00 horas do dia seguinte, na Sede da Associação, em Aguieira, em que é requerente a Associação Recreativa, Cultural, Social e Desportiva de Aguieira, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 4818, datada de 13/04/2023, da Unidade Orgânica de Projetos, Obras e Ambiente - Serviços Técnicos de Obras e Licenciamentos Particulares. ----------

## 8 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente afirmou que estava esgotada o que era a Ordem de Trabalhos. Perguntou se algum dos resistentes do Público queria fazer alguma intervenção. Deu a palavra ao Senhor José Manuel Ferreira. ----------
---- O Senhor José Manuel Ferreira cumprimentou o Senhor Presidente, a Senhora Vice-

Presidente, os Senhores Vereadores, os simpáticos Funcionários e o Estimado Público. Afirmou que a primeira coisa que o faz aqui vir aqui é agradecer que começaram as obras na Vala da Urgeiriça. Viu lá hoje uma máquina e já se vê alguma coisa. Quer agradecer esse trabalho que começou aqui com o Senhor Vereador Aires, quando estava no Condomínio, que o chamou lá várias vezes e ele foi lá sempre e ele andava a ver uma oportunidade de se poder resolver o problema. Ali é complexo. O Executivo sabe que é complexo. E, finalmente, há uma luz ao fundo do túnel que está-se a acender e ele quer agradecer ao Executivo por isso, por dar seguimento àquilo que ele trouxe cá e não quer aqui acusar ninguém, quer é louvar o trabalho que vai ser feito ali. Em segundo lugar, da outra vez perguntou à Senhora Presidente, na altura em Exercício, porque o Senhor Presidente estava na CIM, perguntou-lhe como é que houve em Canas de Senhorim, da Páscoa dos miúdos, se havia algum apoio e ela disse-lhe que na próxima reunião iria dizer. Portanto, hoje só faz estas duas perguntas porque o tempo é curto, pois tinha muito mais. Portanto, só isso, está bem? Mas quer agradecer. ----------

---- O Senhor Presidente agradeceu ao Estimado Senhor Vereador, Senhor Vereador? Se calhar aqui é qualquer coisa permeditório. Então no que concerne ao empreendimento que está a decorrer, a operacionalização da intervenção na Vala e não só e na questão das águas pluviais, dizer, pronto, que isto é uma daquelas coisas que já são recorrentes. Em termos do que foi também o Programa Eleitoral tanto da Câmara, como da Junta também. Pronto, houve algumas facilidades de alguma alocação. Foi o que eles sempre disseram: Independentemente de se conseguir fazer uma coisa e ficarem regozijados com isso, há outras coisas que também estão por cumprir e por fazer também em abono da verdade. Mas também, de alguma forma, perceber o regozijo da iniciativa da empreitada. Em relação ao Torneio da Páscoa dos miúdos foi feita a uma reunião, à semelhança do que houve do Torneio dos miúdos, dos jovens e das crianças em Nelas. Houve reuniões com as duas Direções por causa também, naturalmente, do apoio da Autarquia que foi acordado com as respetivas Direções e quem promove o Torneio. Eles andam, não se ia demorar sobre o assunto, até porque a hora já vai larga, mas a ideia que o Executivo tinha era, precisamente, ver, porque as Associações funcionam, naturalmente, com a sua autonomia, mas tentar fazer um grande Torneio, eventualmente, que até decorresse nos dois Estádios, digamos assim, porque depois os dois são um cima do outro quase. Mas, pronto, há liberdade natural das Associações. Mas, sim, foi agilizado esse apoio e foi confirmado. O que o Executivo faz, mediante a projeção que há, muitos dos apoios que eram feitos eram feitos com ratificação. Este Executivo acha que faz mais sentido no que concerne a apoios, embora haja até os Serviços que lhe possam dizer, nesse sentido, que possam ser feitos por aprovação. E, portanto, virá brevemente, mas isto está devidamente já o apoio instituído porque vai juntar depois ainda a possibilidade de ainda haver um outro Torneio, que ficou isso levantado, no final de Época também. Mas, sim, está acordado e agilizado isso com a Direção do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim. Agradeceu a atenção de todos os presentes. ----------

## APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Funcionária Dr.ª Ana Isabel Almeida dos Santos, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, que secretariou a reunião, para proceder à leitura da minuta da ata da presente reunião. ----------

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

**ENCERRAMENTO**

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, Dirigente Intermédia de 3.º Grau, da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde, conforme deliberação tomada na reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada em 08 de agosto de 2022, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. ----------

O Presidente,

_____

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

_____